

alavancada

CGTP-IN

1º de maio



unidade e luta



C.G.T.P.-INTERSINDICAL

CGTP INTERSINDICAL

POPULARES LIVRARIAS



AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Raima D' Amélia, 78-80 - ANGRA DO HEROISMO
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua Marília, 89 - BEJA
COIMBRA: INTERLIVRO
Terreiro da Enva, 6 - COIMBRA
ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA
Rua Alencara de Bazo, 13 - ÉVORA
FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.º de Dezembro, 13 - FARO
LISBOA: INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1
LIVRARIA -o diário-
Rua do Século, 80 - LISBOA 2
CDL
Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1
OLIVAS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAS
Rua Cidade de Quelémame, 3-C - OLIVAS SUL
MARINHA GRANDE: LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 18 - MARINHA GRANDE
PORTO: LIVRARIA AVANTE
Rua de Aviz, 26 - PORTO
SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém, 41 - SANTARÉM
SETUBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida de Angola, 29-A - SETUBAL
VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO
V. FRANCA DE XIRA: LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Sérgio Pinho, 77 - VILA FRANCA DE XIRA
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Avenida Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - LISBOA 1

ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ● LIVROS
ESCOLARES ● DISCOS ● CASSETTES ● ARTESANATO
● POSTERS ● SELOS ● MEDALHAS ● JOGOS
● BRINQUEDOS



visite
as
**POPULARES
LIVRARIAS** CDL

Leia neste número:



▲ Plenario da CGTP-
IN reafirma
oposição ao Governo

Seminário sindical
sobre higiene
e segurança
no trabalho ▶



▼ Corta-mato
"Alavanca" 1979



ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
- INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Vitor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



▲ 1.º de Maio
Dia Mundial
do Trabalhador



▲ Democracia
e liberdade
de informação

REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
LISBOA

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.P.L.
RUA LUZ SORIANO, 44
LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRO DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

Sumário

Em directo com os leitores	4
Editorial: Em Maio, continuar Abril	5
Notícias e comentários	6
Conflitos laborais	7
Plenário da CGTP-IN reafirma oposição ao Governo	8
Reestruturação Sindical: Uma tarefa em marcha!	10
O «chumbo» do «decreto dos 18 por cento»: Congelamento dos salários é ilegal	12
1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador	15
Democracia e liberdade de informação	23
Campanha de Fundos da CGTP-IN	24
Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho: Pela defesa da Saúde e da Vida	26
A CGTP-IN e o mundo	28
Por uma paz justa no Médio Oriente	29
O cartaz político na Revolução Soviética	30
Corta-mato «Alavanca»-1979	32
Desporto: Exigir em Maio o desporto de Abril	34
Passatempo	34

Condições de assinatura

Continente	— Anual (12 números)	165\$00
	— Semestre (6 números)	85\$00
Ilhas (Por avião)	— Anual (12 números)	260\$00
	— Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro (Por avião)	— Anual (12 números)	500\$00
	— Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
— Intersindical Nacional — Rua Vitor Cordon, n.º 1 - 2.º — LISBOA

Em directo com os leitores

Alberto de Sousa Martins
— Lisboa

—Não compreendo a razão que tenha levado os responsáveis do INATEL a recusarem o Estádio 1.º de Maio para que a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional realize, como tem sido tradicional desde a recuperação da Liberdade e da Democracia em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, a festa dos trabalhadores. Pois desde esse Primeiro de Maio de 1974, que as grandes manifestações dos trabalhadores, que estão com a Intersindical Nacional, têm sido feitas nesse Estádio, com o grande sucesso para a classe operária que é de todos conhecida. Al, nesse Estádio, para onde sempre têm convergido as ondas dos manifestantes no dia do trabalhador, que é o 1.º de Maio, centenas de milhares de pessoas têm vivido esse dia de festa na mais larga fraternidade e entendimento social, sindical e político.

«É muito menos compreendo essa negativa dos senhores que estão à frente dos destinos do INATEL, presentemente, quando se sabe que esse organismo é dos trabalhadores e que, para cumprir cabalmente o seu papel, deve actuar sempre na ajuda e na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses, sem os quais não teria razão de existir.

«Alegam esses (r) responsáveis senhores, perante os trabalhadores portugueses, que não cedem o Estádio 1.º de Maio à CGTP-IN por o mesmo ter sido pedido um dia antes por uma outra organização (?), a UGT, que nessa altura não tinha ainda razão de existência jurídica, que oficialmente não estava parida,

registada e baptizada. Que, para não ceder a uma, não cederia à outra. Como se pudesse haver um mínimo de decente comparação entre os «amarelos» UGT e a CGTP-IN!

«Ora, só os pensionistas do Júlio de Matos ou do Miguel Bombarda não sabem que isso é uma grosseira mistificação. E que o pago é outro e bem diferente. Primeiro: Onde iriam buscar trabalhadores para encher o Estádio 1.º de Maio esses divisionistas da UGT? Mesmo que o INATEL caísse na patética de ceder-lhes a primazia desse recinto, os amarelos divisionistas da classe operária quando muito poderiam encher um pequeno recinto desse enorme Estádio! E isso seria um grosso fiasco, acontecido à luz do dia, para todos esses aventureiristas/divisionistas, que nunca por nunca cairiam nessa esparrela por eles próprios preparada. Seria a clara demonstração da sua fraqueza, não mais podendo enganar aqueles que que fosse sobre o pretexto de uma força que não possuem nem nunca possuiram! Porque não são apenas uma dezena de milhares de pessoas que poderiam mascarar-se em multidão de duzentas a trezentas mil almas/corpos com que habitualmente a CGTP-IN conta, em tais manifestações e comícios efectuados nesse Estádio 1.º de Maio!

«E já agora, para terminar, gostaria de perguntar quem é que poderá conter, às portas e ao redor desse Estádio, as numerosas dezenas de milhares de manifestantes, trabalhadores das zonas de Lisboa e de Setúbal, que, como é tradicional, devem festejar o seu dia, o dia do trabalhador, pelos mesmos caminhos e com destino ao mesmo lugar habitualmente utilizado desde que o 25 de Abril abriu as portas à Democracia e à Liberdade em Portugal?»

Amigo, A sua carta é longa. Mas, como tem muito interesse e se adequa ao momento que passa, publicámo-la na íntegra. O assunto tem toda a actualidade. É um assunto quente, a que só os trabalhadores, unidos à sua CGTP-IN poderão responder. E pensamos que a resposta a esta sua questão será dada com a simplicidade e a coragem, a confiança e a decisão, que os trabalhadores têm demonstrado em casos difíceis, numa unidade cada vez mais forte, cada vez mais decidida e decisiva, para a defesa dos seus interesses.

De facto, apetece-nos re-

forçar a sua pergunta, simples e clara como a água que se bebe: — Quem poderá segurar à porta do Estádio 1.º de Maio, essas tantíssimas dezenas de milhares de pessoas que, pela certa, fazendo o 1.º de Maio o seu dia, irão deslocar-se festivamente para o Estádio 1.º de Maio que, vendo bem, é perseguido dos trabalhadores, mas que o INATEL administra, agora, com tão maus e reacçãoários administradores?

Beatriz da Silva — Vila Real

«O cabaz das compras vai sendo cada vez mais exigido, cada vez mais despojado dos artigos que eram (foram, nos bons tempos do Governo que o pariu) essenciais para a alimentação normal das pessoas. Os Governos que têm vindo a seguir ao «pai» do cabaz, vão-lhe retirando, cada vez com mais feroz naturalidade, os artigos mais válidos, aumentando desalmadamente o preço desses artigos atraídos para fora do país que, presentemente, já não

pode de forma alguma ser classificado de cabaz de compras, mas sim de cabaz de fome.

Melhor que ninguém, as chamadas donas de casa sabem os sacrifícios que se de fazer dia a dia, para que possam ir dando, cada vez mais reduzida e de qualidade menos válida para a saúde, a alimentação aos membros da família. Quem e quando haverá um Governo a sério que tome as medidas indispensáveis para que se possa viver, sem passar «meia fome», como somos forçados a passar, agora com os «materiais» que o novo cabaz de compras são como o povo vai, desgraçadamente, conhecendo?»

Pela nossa parte, achamos que não devemos meter a colherada de qualquer contentão.

Para quê? De que serviria? De que serviria?

Só com um Governo «a sério», que pense nos problemas dos trabalhadores, para o resolver a favor dos trabalhadores, é que poderemos esperar um autêntico cabaz de compras, que dê satisfação à fome acumulada dos mais desfavorecidos da vida.

CONTAS DA CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL

Em cumprimento da deliberação tomada no Plenário da Intersindical Nacional de 30 de Dezembro de 1975, vimos apresentar as Contas relativas ao período de Janeiro a Dezembro de 1978.

Receitas

Quotizações em atraso	7 784 769\$90
» de 1978	26 137 670\$20
Solidariedade	1 023 938\$90
Tempos Livres	63 897\$50
Edições Alavanca	3 472 563\$40
Iniciativas Diversas	53 858\$30
	38 536 798\$20

Despesas

Órgãos	1 698 796\$60
Funcionamento e Manutenção	3 865 283\$10
Pessoal	10 601 160 \$50
Actividades Sectoriais	5 657 978\$30
Actividades Programadas	1 091 617\$90
Amortizações	188 450\$90
União	14 856 062\$70
Saldo do Exercício	577 448\$50

38 536 798\$20

EM MAIO, CONTINUAR ABRIL

A grande adesão popular às comemorações do quinto aniversário do 25 de Abril constituíram uma insofismável prova do apego dos trabalhadores e do povo português aos ideais da liberdade e da democracia e, mais do que a saudação de uma data que a todos nos é muito cara, uma expressiva reafirmação da disposição que a todos nos anima de continuarmos a luta que naquela gloriosa jornada apenas teve o seu início.

O 25 de Abril marcou o começo de uma revolução que alterou profundamente a vida dos portugueses e de Portugal, tanto no campo político como nos aspectos económicos e sociais.

Com o 25 de Abril, os trabalhadores e o povo português souberam, na luta quotidiana, alcançar importantes conquistas, que a Constituição da República veio consagrar, ao apontar o socialismo como um projecto nacional.

A acção nefasta dos últimos Governos tem constituído uma ameaça directa e permanente ao aprofundamento das conquistas alcançadas com o 25 de Abril e, de forma sistemática e violenta, tem mesmo tentado criar as condições para uma involução que o povo português e os trabalhadores não desejam nem permitirão jamais.

O Governo Mota Pinto/PPD, classificado, à partida, pelo seu programa e pela sua constituição, como o mais reaccionário desde o 25 de Abril de 1974, alardeando um despidorado ódio aos trabalhadores e ao 25 de Abril, tudo tem feito para destruir as conquistas da Revolução. Mas tem encontrado pela frente a firme e frontal oposição dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical Unitário.

Podê dizer-se que praticamente nenhuma das conquistas de Abril escapou à fúria revanchista deste Governo. Mas não é menos verdade que cada vez mais amplos sectores da população portuguesa compreendem a necessidade e a urgência de se encontrar uma alternativa democrática e constitucional a este Governo.

Os trabalhadores de todo o mundo comemoram agora o 1.º de Maio.

Num País, como o nosso, em que o povo fez o 25 de Abril, rasgando perspectivas de um futuro de prosperidade, paz e justiça social, o 1.º de Maio é mais do que uma jornada de alegria e confraternização entre aqueles que tudo produzem e são o garante de um amanhã mais feliz.

Comemorar o 1.º de Maio, no Portugal de Abril, é reafirmar o espírito de solidariedade internacionalista dos trabalhadores portugueses.

Comemorar o 1.º de Maio, em Portugal, hoje, é fazer do Dia Mundial do Trabalhador uma grandiosa jornada de unidade e luta, é exigir, com entusiasmo e combatividade, que o 25 de Abril permaneça vivo, não apenas no coração, mas também no dia a dia da vida dos trabalhadores e do povo português.

Comemorar o 1.º de Maio é, hoje, em Portugal, exigir o respeito e o cumprimento escrupuloso da Constituição da República, é reclamar o fim dos ataques e violências contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário, é lutar pela liberdade sindical e pela liberdade de informação, é, em suma, exigir uma nova política e um novo Governo que respeitem o 25 de Abril.

Os trabalhadores portugueses, cada dia mais unidos e mais determinados em torno do seu Movimento Sindical Unitário, saberão, no 1.º de Maio e em todos os dias em que tal exigência continuar a por-se-lhes, prosseguir estes objectivos de luta.

Os trabalhadores e o povo português saberão, porque para tanto lutarão com firmeza e entusiasmo, alcançar o futuro que no 25 de Abril começaram a construir.

A roda da História anda no sentido do progresso. O 25 de Abril será defendido e continuado. Os trabalhadores vencerão!

Notícias e comentários

AUMENTAM OS PREÇOS DIMINUI O CABAZ

A «atualização» do «Cabaz de Compras» anunciada pelo ministro do Comércio e Indústria, Repolho Correia, no dia 12, traz-nos num novo agravamento da condições de vida já tão precárias dos trabalhadores portugueses. Segundo o ministro, os preços do «cabaz» sofreram em média um aumento de 18 por cento.

Trata-se de uma afirmação claramente manipulada, pois não entra em linha de conta com um elemento fundamental: é que o «cabaz» de agora não é o mesmo que o anterior. Da diminuta lista de produtos alimentares que constavam do anterior cabaz, foram agora retirados dois géneros, essenciais para o teor proteico da nutrição dos portugueses: a carne de porco e a pescada congelada.

A carne de porco saiu do cabaz para entrar no sistema de liberalização de preços, decretado para as carnes por três meses. Quanto à pescada congelada, todos os tipos desse alimento foram aumentados de preço. No caso da pescada número 5, esse aumento cifra-se na taxa impressionante dos 70 por cento (custa agora 111\$50 o



quilo e anteriormente estava fixado em 66).

Dizer, pois, que os produtos contidos no cabaz subiram apenas 18 por cento é falar à verdade. Mas não fica por aqui o escandaloso aumento dos preços de bens essenciais aos portugueses.

O azeite, tão utilizado no nosso país, sofre um aumento (que o próprio ministro reconheceu ser «considerável») de 35 por cento: vendia-se a 84\$50 o litro, passa a custar 114\$50. O arroz carolino, que não entrava no cabaz anterior e que também está ausente deste, custava agora 30 escudos, o que equivale a mais 33 por cento que o seu preço anterior.

Na conferência de imprensa em que o ministro anunciou estas alterações, foi por ele levantada também a hipótese (até agora não confirmada) do aumento do preço da gasolina, novo factor de agravamento do custo de vida.



SIDERURGIA: A NACIONALIZAÇÃO FOI HA QUATRO ANOS

«A nacionalização da Siderurgia Nacional será defendida, porque constitui uma das garantias essenciais para a saída da crise e para a recuperação económica e financeira do País, e porque simboliza, aos olhos dos trabalhadores, o caminho para uma nova

vida, mais feliz e segura, libertada da exploração do homem pelo homem, a caminho do socialismo» — afirmou Vasco Rossi, da comissão de trabalhadores da SN, falando no decurso da sessão que encerrou as comemorações do quarto aniversário da nacio-

Manifestação na Covilhã: GOVERNO MP PARA A RUA!

«O custo de vida aumenta, o povo não aguenta». «A luta continua — Moita Pinto para a rua». «Contra a reacção cumprir a Constituição». «Divisão sindical só interessa ao capital» — foram estas as palavras de ordem mais gritadas, na grande manifestação que no dia 7 de Abril decorreu na Covilhã.

Cinco a seis mil manifestantes desfilarão nesta demonstração de massa, convocada pela União dos Sindicatos e pelos sindicatos do distrito de Castelo Branco, com vista a exigir a demissão do Governo Moita Pinto/PPD e a condenar a política desastrosa que ele

tem vindo a prosseguir, levando o País, os trabalhadores e a população em geral. Ficou bem claro que os trabalhadores da Covilhã repudiavam a política de direita, praticada em benefício do grande capital e em subserviência ao imperialismo.

O desfile terminou com um comício, durante o qual usaram da palavra o camarada Manuel Lopes, membro do secretário nacional da CGT-IPN, um dirigente do Sindicato do Comércio e Escritórios de Castelo Branco e um membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Castelo Branco.

GOVERNO FRANCÊS AMEAÇA IMIGRANTES

A braços com a recessão, que afecta todo o mundo capitalista, os governos europeus, que, em tempos mais propícios, recorrem a doses maciças de mão-de-obra estrangeira, procuram agora libertar-se dos imigrantes e apresentá-los como «bodes expiatórios» do desemprego que grassa dentro das suas fronteiras. Exemplo disso: as medidas tomadas pela Suíça, pela RFA e as que foram recentemente propostas em França.

Neste último país, que conta com um grande contingente de imigrantes portugueses, o governo apresentou no dia 14 de Março um projecto que visa restringir gravemente a concessão de cartas de trabalho e as condições de estadia dos trabalhadores estrangeiros. No caso de estas medidas virem a ser adoptadas, os trabalhadores estrangeiros, cuja vida tão dura é já nos países de acolhimento, ver-se-iam sujeitos a mais arbitrariedades e a enfrentar uma situação ainda mais insegura e

instável, tanto para eles como para as suas famílias. Isto mesmo foi sublinhado no encontro de 29 e de 30 de Março, onde, por iniciativa das centrais sindicais francesas CGT, CFTD e FEN, se realizou em Paris, com a presença de 13 organizações sindicais de oito países, entre as quais a CGT-IPN.

Por ocasião da recente visita do secretário de Estado francês para os Trabalhadores Emigrados, sr. Stoleru, ao nosso país, a CGT-IPN realçou em nome dos seus 1 700 000 aderentes a sua oposição a tais medidas contrárias aos direitos do homem, às convenções internacionais e aos acordos bilaterais. A CGT-IPN mostra-se tanto mais preocupada quanto é certo que num encontro realizado na primeira semana de Abril entre as centrais sindicais francesas e o sr. Stoleru, este afirmou que os países de origem dos trabalhadores imigrantes «compreendem» razões da proposta do governo francês.

nalização daquela empresa, outrora a trave mestra do grupo Champallimaud.

O camarada Carlos Carvalho, do Secretariado Nacional da CGT-IPN frisou, na sua intervenção, que estas comemorações são o reconhecimento da «justeza da luta antimonopolista» e que «a nacionalização dos grandes grupos monopolistas (...) foi o resultado conjugado da luta dos trabalhadores e do povo

português e das forças progressistas e uma decisão vital, da qual dependia, em grande parte, a sobrevivência da democracia conquistada em 25 de Abril».

As comemorações prolongaram-se por três dias, culminando com uma sessão, na qual participaram representantes da CGT-IPN, da Federação dos Metalúrgicos e das câmaras municipais do Seixal, Barreiro, Almada e Moita.

Conflitos laborais

Sorefame

TRABALHADORES LUTAM CONTRA A REPRESSÃO

Os trabalhadores da Sorefame paralisaram a actividade daquela importante empresa do sector da metalomecânica pesada, na Amadora e em Amora, em luta contra as manobras reprensivas e repressivas do conselho de administração.

Com o objectivo claro de destruir os organismos representativos dos trabalhadores, o conselho de administração lançou-se, desde há algumas semanas, numa feroz escalada repressiva, sem precedentes na empresa, contra a comissão de trabalhadores (CCS) e a comissão intersindical (CITS).

No curto espaço de tempo de um mês, o conselho de administração instaurou qua-

tro processos disciplinares colectivos à CCS, à CITS e ainda à comissão negociadora do caderno reivindicativo (CNCR), constituída por representantes daquelas duas. Como se tudo isto não bastasse, os administradores «despejaram» as comissões das instalações onde funcionavam, desde pouco depois de 25 de Abril de 1974. A «fundamentar» os seus processos disciplinares, o conselho de administração acusa os representantes dos trabalhadores de «desobediência» e divulgação de informações relativas à situação económica-financeira da empresa, que é maioritariamente pertencente ao Estado. Quando não eram conheci-



Lusalite

NÃO AOS DESPEDIMENTOS

Os trabalhadores da Lusalite fizeram três dias de greve, em 27 de Março e 18 e 23 de Abril, para exigir o cumprimento do acordo colectivo de trabalho e a reintegração de três delegados sindicais arbitrariamente suspensos pela administração.

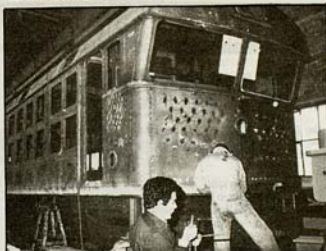
Os trabalhadores lutam, nomeadamente, pelo pagamento dos retroactivos que a empresa é obrigada a liquidar, tendo feito a sua primeira greve por este objectivo.

Na sequência da paralisação de trabalho, o administrador da empresa, ex-técnico do Ministério das Corporações e mais recentemente dirigente da CIP, suspendeu abusivamente os três delegados sindicais.

Depois deste acto repressivo,

o administrador recusou-se a fornecer informações ao representante da Inspeção do Trabalho, entretanto chamado a intervir pelos Sindicatos, vindo a ser detido e presente a Tribunal para prestar declarações.

No dia 17 Abril, os trabalhadores voltaram a fazer uma greve de 24 horas, que contou com uma adesão superior a 95 por cento. Na greve de um dia seguinte, entre as oito horas do dia 23 e a manhã do dia 23, antes desta paralisação, porém, o administrador voltou a provocar os trabalhadores, substituindo os porteiros por mercenários, que encarregou de perturbarem a luta do pessoal da empresa.



dos ainda os resultados dos processos disciplinares dos trabalhadores da Sorefame decidiram paralisar a actividade da empresa, durante duas horas, no dia 11 de Abril. No mesmo dia, ao fim da tarde, deveria realizar-se uma concentração de trabalhadores da zona da Amadora junto à empresa.

Logo após ser convocada a paralisação, o conselho de administração decidiu aplicar a pena de repressão registada a dois trabalhadores e suspender sem vencimento por um dia outros dois. Horas antes da paralisação, o conselho de administração fez saber que, relativamente aos restantes processos disciplinares, decidira despedir quatro trabalhadores e suspender sem vencimento outros onze, por períodos que variam entre os cinco e os nove dias. Todos os

trabalhadores atingidos são membros do executivo da comissão de trabalhadores e do secretariado da comissão intersindical.

Em face da provocação do conselho de administração, os trabalhadores da Sorefame paralisaram o trabalho na empresa, não já durante duas horas, mas durante toda a tarde, sendo alvo, ao fim do dia, de expressiva manifestação de solidariedade por parte de centenas de trabalhadores de outras empresas da zona da Amadora.

No dia 18, de novo os trabalhadores da Sorefame paralisaram o trabalho, durante três horas. Conforme decidiram, em assembleia geral, os trabalhadores continuarão a luta pela anulação das sanções disciplinares e pela reintegração imediata de todos os seus camaradas despedidos.



Panasqueira MINEIROS EM GREVE

passados dias 11 e 12 de Abril.

A greve constituiu a resposta dos trabalhadores à pretensão da administração inglesa das minas de impor o trabalho ao sábado como condição prévia para negociar, com os representantes dos operários, o caderno reivindicativo por estes aprovado e defendido.

Os trabalhadores consideram inaceitável a perda de descanso ao sábado e a introdução das imposições da administração. O alto índice de adesão, à greve é, por si só, demonstrativo da determinação de luta que anima os trabalhadores.

Os trabalhadores das minas da Panasqueira aderiram, praticamente a cem por cento à greve de dois dias convocada pelo seu sindicato e que se realizou nos

Plenário Nacional da CGTP-IN reafirma

A MANUTENÇÃO DO GOVERNO É UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA

A manutenção em funções do Governo Mota Pinto contraria o sentimento popular e as reclamações dos trabalhadores manifestadas vigorosamente de Norte a Sul do País, é um factor de agravamento das tensões e conflitos sociais e dificulta a resolução da democracia — concluiu o Plenário Nacional da CGTP-IN, reunido no passado dia 31 de Março, em Lisboa.

O plenário analisou a actual situação política, económica e social do País e concluiu reafirmando a frontal, oposição dos trabalhadores e do Movimento Sindical Unitário ao Executivo Mota Pinto. Ao mesmo tempo, os dirigentes sindicais, numa importante resolução político-sindical aprovada, exortaram os trabalhadores a lutarem contra a política do Governo e pela satisfação das suas reivindicações e chamou-os a participar activamente nas comemorações do terceiro aniversário da Constituição da República.

O plenário, que reuniu em sessão ordinária, aprovou as contas do exercício da confederação relativas ao ano transacto e analisou o relatório de actividades, do qual resulta claro e constante reforço da influência e da capacidade de intervenção do Movimento Sindical Unitário e designadamente da sua estrutura superior, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional.

O Governo Mota Pinto, «fazendo alarde dum arrogante ódio de classe para com os trabalhadores», tem sido — concluíram os dirigentes sindicais — «instrumento fiel da política desforrista dos grupos monopolistas e dos latifundiários, acolhidos na CIP, na CAP e CCP».

A acção do Governo caracteriza-se, pois, por estar, «clara e exclusivamente virada contra os trabalhadores». Isto mesmo está expresso no «decreto dos 18 por cento», na tentativa de criação do «imposto especial» sobre o 13.º mês, na política fiscal contida na proposta do Orçamento Geral do Estado, no aumento dos preços e da especulação, na inqualificável tentativa de aumentar as rendas de casa à custa do povo, no aumento dos despedimentos e do desemprego, nos ataques à Reforma Agrária, e às empresas nacionalizadas, nas tentativas de limitar as liberdades fundamentais e na imposição de novas formas de censura nos meios de Comu-

luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

Da análise fria da acção conjunta e sectorial do Governo nada ressalta que possa justificar a sua manutenção em funções: a evidente incapacidade de diálogo com os trabalhadores e de, a partir dele, definir uma política social; a inação visível de ministérios com responsabilidades no desenvolvimento económico e social do País; o uso generalizado de arbitrariedades e prepotências; o recurso sistemático à legalidade e à repressão, particularmente pelo MAP; as tentativas de criar novas formas de censura pelo Ministério da Comunicação Social; as negociações e corrupção que alastram e envolvem vários departamentos governamentais fazem deste Governo um «factor de descrédito das instituições democráticas».

O plenário dao CGTP-IN, com base nestes pressupostos, «tem plena consciência da exacta medida dos perigos que oferecem aos trabalhadores portugueses e ao País a

acção do Governo Mota Pinto». Por isso, «continua a luta até à sua demissão pura e simples».

O plenário da CGTP-IN considera ainda que «a causa profunda da crise está na política que tem vindo a ser prosseguida e que se mostra completamente desajustada da realidade económica e social criada com a Revolução do 25 de Abril». Este facto é hoje conhecido por um elevado e crescente número de portugueses, o que, «aliado à unidade e determinação dos trabalhadores em defender as suas conquistas», torna «urgente e necessário» encontrar «uma saída democrática para a crise no quadro constitucional». O Movimento Sindical — reafirmou o plenário — confia em que tal saída será encontrada, o «na esfera específica da sua actuação tudo fará para contribuir para esse objectivo».

A luta continua

Em face da situação atrás referida, o plenário da CGTP-

niciação Social. Uma tal acção — afirmam os dirigentes sindicais — não podia deixar de «merecer a total oposição e a



IN decidiu, entre outras diretrizes, exortar os trabalhadores a continuarem a lutar contra a política do Governo Mota Pinto/PPD.

Esta luta deverá ser feita, nomeadamente, através da defesa do nível de vida dos trabalhadores. Para tanto, torna-se necessário continuar a lutar pelas reivindicações aprovadas no plenário de 16 de Dezembro último, designadamente no que se refere à actualização dos salários mínimos nacionais.

Por outro lado, é imperioso lutar contra os despedimentos e o desemprego, apoiando a luta dos jovens pelo direito ao trabalho, dos desempregados pelo aumento e alargamento dos subsídios e benefícios a que têm direito e apoiando a organização de uma semana de luta contra o desemprego. O plenário exortou ainda os trabalhadores a lutarem pela defesa das liberdades democráticas e pelos direitos e liberdades dos trabalhadores, manifestando a sua mais viva solidariedade com as acções desenvolvidas pelos trabalhadores da Comunicação Social, na sua luta contra a política de intimidação e censura instaurada pelo ministro da Propaganda, Frença de Carvalho.

A defesa das grandes conquistas da Revolução é outra frente do combate, tal como o definiu o plenário, que manifestou o seu total apoio e solidariedade à heróica luta dos trabalhadores rurais do Alentejo e do Ribatejo, na defesa da Reforma Agrária, bem como a todos os trabalhadores que se opõem aos projectos de desnationalização da Banca.

O plenário decidiu, por outro lado, «mobilizar os trabalhadores a apoiarem a a participação com entusiasmo e em massa nas comemorações do 25 de Abril, quinto aniversário da Revolução, demonstrando mais uma vez de forma inequívoca o seu amor à liberdade, à democracia e aos ideais do progresso, justiça e paz que ela representa e a sua determinação em combater o golpismo reaccionário e fascista que visa impor nova ditadura».

Os dirigentes sindicais apelaram a todas as organizações dos trabalhadores — sindicatos, federações, comissões de trabalhadores, etc. — para que, desde logo (31 de Março), iniciassem a preparação das comemorações do 1.º de Maio, com vistas a que elas venham a constituir «mais uma grande jornada de luta



contra a política do Governo Mota Pinto/PPD e pela reclamação de uma solução democrática e constitucional para a crise».

A unidade consolida-se

O plenário aprovou o extenso relatório de actividades apresentado pelo secretário nacional da confederação.

No relatório, o secretário salienta dois factores fundamentais e interligados onde se que influenciaram e condicionaram a actividade em 1976. Esses dois factores são, por um lado, o desenvolvimento da ofensiva divisionista lançada em anos anteriores, através da chamada «Carta Aberta», agora transformada em «UGT», e, pelo outro, a continuação da ofensiva contra o 25 de Abril e as suas conquistas, levada a cabo pelos monopolistas, latifundiários, colonialistas e imperialistas.

Relativamente à ofensiva divisionista, o plenário considerou que o aparecimento da chamada «UGT», embora criasse no Movimento Sindical uma situação diferente, «sobretudo pelo apoio e cobertura da esta-

relho de Estado», não se pode dizer que crie uma situação nova, ao nível do apoio e aceitação das massas trabalhadoras.

«Aqueles que hoje estão na e com a «UGT» — concluiu o plenário — são muito menos que os que estavam com a «Carta Aberta».

No seu relatório, o secretário considera, baseado na análise de dados concretos e objetivos, que «a batalha pela defesa da unidade orgânica do Movimento Sindical continua a estar na ordem do dia e que se mantêm as perspectivas de que ela será vencida».

Quanto à ofensiva contra o 25 de Abril e as conquistas que a Revolução tornou possíveis, o secretário considera que «mercé das contradições existentes entre as forças políticas em que se apoiam as forças reaccionárias, e em consequência da «luta persistente e tenaz que lhes tem sido oposta pelas massas trabalhadoras», o País viveu, em 1976, «uma profunda e longa crise política, que levou à existência de três Governos durante o ano».

Nos meses de 1979 já passados à data da reunião do plenário, a crise manteve-se. Isto demonstra que «a sua causa mais profunda está na

política que tem vindo a ser praticada pelos sucessivos Governos Constitucionais», a qual é «completamente desajustada da realidade económica e social criada com a Revolução do 25 de Abril».

O relatório do secretário nacional continua ainda importante análise do que foi o ano de 1978, no plano do reforço da unidade entre todos os trabalhadores e da organização do Movimento Sindical. Em Dezembro de 1978 existiam — segundo se lê no relatório — 349 sindicatos, representando 2 069 195 trabalhadores, e ainda 26 «sindicatos- paralelos» o que corresponde a mais 15 sindicatos que em 1977.

No ano de 1978 constituíram-se cinco sindicatos, a maioria dos quais no sector público. Aos sindicatos existentes em 1977 há que deduzir onze, que se extinguíram por integração ou fusão. Daqui se conclui que o aumento do número de sindicatos, em relação ao ano anterior, se deve exclusivamente à constituição de «sindicatos- paralelos».

Em 1978 pediram a sua adesão à confederação mais seis sindicatos: Função Pública do Sul, Garagens do Porto, Telefonistas de Lisboa, Construção Civil do Porto, Hotelaria do Funchal e Função Pública do Centro. O número total de sindicatos filiados na CGTP-INTER mantêm-se, todavia, o mesmo de Dezembro de 1977, ou seja, 207, devido à dissolução de associações sindicais feita em virtude da reestruturação (verticalização) em curso.

Em 1978 realizaram-se eleições em 142 sindicatos, que representam 1 073 147 trabalhadores, ou seja, mais de 50 por cento dos trabalhadores sindicados.

As listas identificadas com o Movimento Sindical Unitário venceram em doze sindicatos cujas direcções anteriormente não se identificavam com a CGTP-INTER, não se verificando nenhum caso inverso.

Quer em sindicatos já aderentes ao Movimento Sindical Unitário, quer em sindicatos que participam no movimento divisionista, as eleições realizadas em 1976, comparativamente às eleições anteriores demonstram, de um modo geral, uma considerável subida de apoio dos trabalhadores à CGTP-INTER. Também a participação dos trabalhadores nos actos eleitorais de 1978 é, em média, superior em 30,9 por cento às respectivas eleições anteriores.



«Sendo o sindicato a estrutura base do Movimento Sindical, a empresa é a base da organização do sindicato e, como tal, do Movimento Sindical. O reforço da participação do trabalhadores na vida sindical passa pelo reforço da organização sindical na empresa, no local de trabalho.

«É na empresa que se centra o essencial da vida dos trabalhadores, que surgem os conflitos de trabalho, que a acção reivindicativa se desenvolve, que ressalta com mais nitidez a necessidade da unidade dos trabalhadores. Terá, assim, que ser na empresa que se devem criar as estruturas organizativas que permitam aos trabalhadores responder e resolver as questões e os problemas que se lhes colocam no dia-a-dia» — pode ler-se num excerto das Conclusões da I Conferência Nacional de Organização Sindical, que reuniu a 17 e 18 de Fevereiro, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, mais de um milhão de delegados de 294 organizações sindicais, em representação de cerca de 1 800 000 trabalhadores.

REESTRUTURAÇÃO SINDICAL UMA TAREFA EM MARCHA

O texto da resolução aprovada na conferência concluiu ter sido esta «o maior e mais sério esforço realizado até hoje pelo Movimento Sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar das soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional».

E, com efeito, esse esforço não caiu em «cesto roto», já que, entretanto, e nos mais variados sectores da actividade socio-profissional, se têm vindo a levar à prática as iniciativas que

visam reestruturar o Movimento Sindical Unitário.

Essa reestruturação, que se iniciou em Abril de 1974, não poderia, mediante uma qualquer receita, realizar-se de um momento para o outro.

«Organizar — como advertia o camarada Antero Martins na sua intervenção durante os trabalhos da Conferência Nacional de Organização — é uma tarefa complexa e permanente e que não pode perder nunca de vista o concreto, sob pena de criarmos irresponsavelmente esquemas

inadequados que, em lugar de contribuírem para reforçar a unidade e a participação dos trabalhadores e a capacidade de intervenção das suas associações de classe, com vista a assegurar a melhor defesa dos seus interesses, poderão conduzir a vazios organizativos, estruturas debilitadas e sem capacidade de respostas e à desmobilização das massas».

A esses perigos, a que se adicionam as ofensivas das forças de direita e do imperialismo, e que têm exigido dos trabalhadores (como das suas organizações sin-

dicais) uma constante capacidade de resposta, têm os mesmos replicado com a análise serena e fria, mas serena e realista, consubstanciada na sua estreita ligação com os dirigentes e activistas sindicais.

Do mesmo modo haverá que situar a intervenção permanente e construtiva destes na vida das suas associações sindicais o que permite concluir da «interligação profunda do trabalho de organização com o trabalho de massas» o que é, de per si, «a garantia de que se-

guimos pelo caminho certo».

Para reestruturar o Movimento Sindical Unitário é preciso não perder de vista o maior reforço das suas associações sindicais e a sua melhor adaptação às tarefas primeiras dos sindicatos e que são a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores — de que não está desligada a defesa da unidade orgânica do Movimento Sindical, das conquistas de Abril,

assim a definiram na Conferência de Organização os delegados, representantes de mais de 1 800 000 trabalhadores, assim ela está a ser posta em prática, através da realização de inúmeros encontros nacionais e/ou congressos sectoriais.

Destas iniciativas destacamos aquelas em que participarão a federação dos agrícolas do Sul, os trabalhadores do comércio, os químicos, os gráficos, os cerâmi-

na sequência de debate feito pelos trabalhadores em centenas de reuniões realizadas a todos os níveis e órgãos da estrutura do Movimento Sindical Unitário.

Ele é, igualmente, a súplica de tarefas fundamentais, prioritárias e imediatas que visam o reforço da unidade, o aprofundamento da democracia e o aumento da intervenção dos trabalhadores na vida sindical, que correspondem à aplicação dos



A tarefa de reestruturação sindical é uma realidade nas indústrias eléctricas



Os pescadores preparam um Encontro Nacional que visa discutir e aprofundar as questões relacionadas com a reestruturação sindical do sector.

da Constituição da República e da democracia».

A organização sindical é uma tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante, que a todos compete». Porque

cos e vidreiros, os trabalhadores da construção civil e madeiras, os pescadores e os trabalhadores da indústria alimentar.

Todo este processo é o resultado directo da discussão e decisões da conferência, tomadas

princípios fixados pelo Congresso de Todos os Sindicatos, «tendo em conta a evolução verificada desde então, e os problemas novos que entretanto surgiram».

Toda esta acção e dinamização do Movimento Sindical Unitário,

que tem vindo a ser levada à prática a todos os níveis da estrutura sindical, vai, também, a partir do Dia Mundial do Trabalhador, imprimir andamento e alargar perspectivas à realização do próximo congresso, em 1980, reforçando a unidade e a organização, e combatendo os ataques desferidos pelo Governo reaccionário MP/PPD.

Utilizando ainda as palavras proferidas pelo camarada Antero Martins, no decorrer da Conferência Nacional de Organização Sindical, é pela existência de uma eficaz organização sindical e pelo empenho que nela colocarem os trabalhadores, sejam eles activistas, delegados ou dirigentes sindicais que «passa o caminho para novas e ainda mais importantes vitórias dos trabalhadores, para decisivas derrotas da reacção, para a edificação da sociedade socialista».

A CGTP-IN toma posição sobre o "decreto"

O CONGELAMENTO SALARIAL É ILEGAL

Nos seus comunicados 90 e 94 de 5 do corrente a CGTP-IN tomou posição sobre a recusa de ratificação pela Assembleia da República do DL 34/79 (que fixava um «teto salarial» de 18%, alterando parcialmente o DL 121/78 de 2 de Junho).

Face à confusão que, deliberadamente — através de afirmações falsas do próprio Primeiro-Ministro e de um comunicado do Conselho de Ministros — o Governo tem procurado criar na opinião pública e nos trabalhadores acerca das consequências daquela resolução da Assembleia da República, torna-se necessário reafirmar e explicar melhor algumas das posições expressas nos referidos comunicados da CGTP-IN.

Por força do art.º 172.º, n.º 4 da Constituição, o decreto-lei deixará de vigorar desde o dia em que a resolução da Assembleia da República que lhe recusa ratificação foi publicada no Diário da República.

Até à data, desconhecendo-se qual o motivo, a resolução não foi ainda publicada. Deve, no entanto, esclarecer-se que a publicação de resoluções de recusa de ratificação tem lugar «independentemente da promulgação» pelo Presidente da República (art.º 169.º, n.º 5 da Constituição).

Recusa de ratificação não tem efeitos retroactivos

A recusa de ratificação não tem efeitos retroactivos. O que acontece é que o diploma não ratificado deixa de ter eficácia a partir da data de publicação da resolução da Assembleia da República. Mas é eficaz até essa data.

A situação é, portanto, esta: o decreto dos 18% tem uma eficácia provisória entre o dia 1.º 3.º 79 (data da respectiva entrada em

vigor) e o dia em que a resolução da Assembleia da República que lhe recusa ratificação for publicada.

Isto implica que os efeitos jurídicos produzidos pelo decreto-lei durante o período da sua eficácia provisória deverão manter-se, não podendo ser prejudicados pela recusa de ratificação.

E quais são esses efeitos no caso presente? Abreviando razões, e tendo em conta que o regime jurídico que sucede ao diploma não ratificado e em consequência da própria recusa de ratificação, é mais favorável aos trabalhadores, parece que aqueles efeitos só poderão ser os efeitos definitivos. Isto é, que já não possam ser alterados de acordo com o regime jurídico que ficará a substituir o resultante do decreto dos 18%. Ora, entendemos que só não poderão ser alterados os efeitos decorrentes da publicação oficial no Boletim de Trabalho e Emprego de instrumentos de regulamentação colectiva elaborados (designadamente na parte referente às tabelas salariais) com expressa sujeição aos limites impostos pelo decreto dos 18%.

Por outro lado, segundo o me-

hor entendimento (cfr. Gomes Canotilho e Vital Moreira, Constituição anotada, pág. 347), a recusa de ratificação implica a reposição em vigor das disposições legais revogadas ou alteradas pelo decreto-lei não ratificado. No caso, seriam repostos em vigor os art.ºs 2.º, 3.º, 6.º e outros do DL 121/78 (que estabeleciam o limite dos 20%).

Sustentar-se-ia, deste modo, que o DL 121/78 e os limites aos aumentos de salários dele decorrentes retomariam plenamente a sua vigência.

Mas as coisas, neste caso, não se passam assim, por motivos adiante expostos, que só em parte têm a ver com a recusa de ratificação do decreto dos 18%.

Existirá um «teto salarial»?

A CGTP-IN sustenta e prova que deixou de existir qualquer «teto salarial»: o de 18%, em consequência da recusa de ratificação; o de 20%, devido ao facto de as normas do DL 121/78 que o impunham terem deixado de vigorar a partir do dia 31 de Dezembro de 1978.

Electivamente as normas referentes ao «teto salarial» de 20% (pelo menos essas) caducaram naquela data.

Sabe-se que o Governo, quando oportunamente, em Janeiro de 1979 e antes da publicação do decreto dos 18%, a CGTP-IN levantou esta questão, defendeu a opinião contrária. Mas tão pouco seguro estava da sua própria posição que teve necessidade de acauletar expressamente no art.º 5.º do DL 34/79. De facto, uma das consequências úteis que poderiam resultar desse artigo era a de que os limites resultantes do DL 121/78 continuaram a vigorar entre 31 de Dezembro de 1978 e 1.º de Março de 1979. Mas a recusa de ratificação deixou também por terra a eficácia deste artigo e o argumento que o Governo poderia pretender retirar dele no sentido da permanência do «teto salarial» de 20%.

Os artigos referentes ao «teto salarial» de 20% constantes do DL 121/78 (art.ºs 2.º, 3.º e 6.º, fundamentalmente) caducaram

em 31.12.78 pelas razões conjugadas seguintes:

a) Os trabalhos preparatórios desse decreto-lei (incluindo afirmações públicas dos membros do II Governo Constitucional, que o aprovou e o próprio Programa de Governo) indicam claramente ter o respectivo «teto salarial» uma vigência transitória, limitada ao ano de 1978;

b) O «teto salarial» de 20% só poderia ter eficácia no ano civil de 1978 devido ao facto de ter sido calculado com base na previsão oficial (alínea excedida) de uma taxa de inflação do mesmo montante durante o mesmo período de tempo.

c) O DL 121/78 instituiu um sistema de cálculo do «teto salarial» de 20% baseado na aplicação dessa percentagem às remunerações mínimas ou efectivas existentes em 31.12.77. Nesse aspecto, o diploma consagra um sistema de cálculo do «teto salarial» idêntico ao do DL 49-A/77 conhecido por «decreto dos 15%» (cfr. art.º 4.º, n.º 3) que também caducou no fim do próprio ano em que foi publicado. Um tal sistema de cálculo confirma a limitação temporal da vigência do DL 121/78 ao ano civil de 1978, e está de acordo com o sistema de condicionamentos



"direito dos 18 por cento"

salariais praticado desde o DL 49-A/77, caracterizado pela existência em cada ano civil de um «teto salarial», definido como medida conjuntural e fixado de acordo com a taxa de inflação prevista e em articulação com a política económica e financeira definida para esse mesmo ano pelo Orçamento Geral do Estado e pelo Plano, por referência às remunerações existentes no ano civil anterior.

d) É evidente que, no ano civil de 1979, o «teto salarial» de 20% previsto no DL 121/78 não poderia ser aplicado nos seus exactos termos, isto é, por referência a remunerações existentes no ano de 1977. Isto, porque, por um lado, os trabalhadores que não tivessem sido actualizados em 1978 ficaram fortemente prejudicados em relação aos que tivessem conseguido aumentos, verificando-se então uma perda irreperável de poder de compra correspondente a todo o ano de 1978; por outro lado, os trabalhadores que tivessem conseguido aumentos de salários em 1978, veriam os seus salários, no decorrer do ano de 1979, ou totalmente congelados (caso tivessem obtido um aumento de 20% em 1978), ou sujeitos a um «teto salarial» inferior a 20% (caso tivessem obtido em 1978 um aumento inferior a esse limite). Ou seja, tal solução conduziria a situações de desigualdade perante a lei e à própria violação do DL 121/78 que, se fixa um «teto» de 20% permite o

aumento dos salários até esse montante, e não pode como é evidente ser aplicado de modo a congelar totalmente os salários, ou a impor um «teto» inferior a aquele.

e) O apêndice-se que do DL 121/78 apenas se mantém em vigor a percentagem de 20%, devendo considerar-se actualizada automaticamente por um ano a base de cálculo (isto é, onde se referem as remunerações existentes em 31.12.77, passar a ler-se 31.12.78) é uma solução indefensável porque não resulta expressamente da lei e obrigaria a uma aplicação análoga de normas excepcionais expressamente proibida pelo art.º 11.º do Código Civil.

f) Por último, consagrando a Constituição e a lei o direito de contratação colectiva para regulamentação das condições de trabalho e fixação dos salários têm natureza excepcional as normas legais que (como é o caso do «teto salarial») impõem limites ao exercício desse direito. Tais normas são aliás, inconstitucionais (cfr. art.º 58.º, n.º 4 da Constituição). Mas da sua natureza excepcional resulta, pelo menos, e desde logo, a inevitável transitoriedade desses limites à liberdade de negociar colectivamente as condições de trabalho e os salários. Transitoriedade que há-se de ser aferida entre limites temporais precisos, não podendo converter-se em regra, e adquirir permanência, o que é conjuntural e têm natureza de

excepção (que é o que o Governo, afinal, pretende).

Conclui-se, portanto que as normas do DL 121/78 referentes ao «teto salarial» de 20% (pelo menos essas) caducaram em 31.12.78. Ou seja, que já não existia qualquer «teto» na data em que o decreto dos 18% foi publicado. A não ratificação deste deu, por isso, lugar a uma situação caracterizada pela completa inexistência de qualquer limite percentual aos aumentos de salários. Isto é, ao restabelecimento da liberdade de negociação colectiva nesse plano.

Recusa de ratificação levará ao congelamento de salários?

O Governo não se conformou com a recusa de ratificação do decreto dos 18%, a qual, aliás, veio confirmar a deliberação anterior da Assembleia da República que rejeitou as Grandes Opções do Plano para 1979, em cuja lei era previsto o mesmo «teto salarial».

E começou a desenvolver uma manobra de provocação e afrontamento à Assembleia da República de que faz parte a deliberação do Conselho de Ministros de 4.4.79 no sentido de submeter à Assembleia uma proposta de lei consagrando de novo o «teto salarial» de 18%.

Uma tal iniciativa legislativa seria de muito duvidosa constitucionalidade. Com efeito, o art.º 170.º, n.º 3 da Constituição proíbe a renovação na mesma sessão legislativa de projectos e propostas de lei definitivamente rejeitados, verificando-se uma evidente analogia com a situação presente em que, depois de ver recusada pela Assembleia da República a ratificação de um decreto-lei, o Governo insiste e submete ao mesmo órgão, antes do fim da sessão legislativa, uma proposta de lei com o mesmo, ou idêntico, conteúdo. Mas, independentemente disso, há que apreciar as razões invocadas pelo Governo para tal atitude.

O comunicado do Conselho de Ministros de 4.4.79 afirma que a recusa para a simples de ratificação resultariam «situações de vazio e de bloqueio de aumentos salariais gravemente lesivas

dos interesses dos trabalhadores». Já num dos comunicados referidos, de 5 do corrente, a CGTP-IN demonstrara a completa falsidade de tais afirmações, do modo seguinte:

«Da inexistência de um «teto salarial» não resulta qualquer bloqueio dos aumentos salariais. Pelo contrário: tal facto significa que os «bloqueios», derivados da existência de limites percentuais aos aumentos de salários, desapareceram. A partir de agora, os salários podem ser livremente negociados ou fixados.»

Nenhum «vazio», como é óbvio, se criou com a recusa de ratificação. Só assim pode pensar quem considerar ser regra o congelamento de salários e a compressão ao direito de contratação colectiva. Mas a situação é a inversa: o princípio é a liberdade de negociação colectiva dos salários (art.º 58.º da Constituição; C. 98 da OIT; DL 164-A/76, a excepção é a existência de condicionamentos salariais impostos por leis excepcionais e de vigência transitória).

Esta posição assenta na demonstração acima feita de que não existe actualmente qualquer «teto salarial» em vigor, restando-se por isso a fixação de salários através de instrumento de regulamentação colectiva pela respectiva lei (DL 164-A/76) e por algumas disposições ainda em vigor do DL 121/78 (designadamente o prazo de vigência de 12 meses das tabelas salariais).

Mas já então a CGTP-IN alertava para a gravidade da atitude do Governo, nos seguintes termos: «Ao fazer tais afirmações o Governo confessa o seu propósito legal de impor, na prática, o bloqueamento dos salários para favorecer o grande patronato. Confessa que da sua manobra de afrontamento e provocação à Assembleia da República faz parte a imposição do congelamento, de facto, aos aumentos de salários.»

Governo procura responsabilizar AR

Ou seja, o Governo demonstrava o propósito de impor o congelamento dos salários como facto consumado, embora completamente ilegal, procurando, perante os trabalhadores e a opinião pública, responsabilizar a Assembleia da República por essa situação.

Tal propósito acaba de ser expressamente confirmado pelo próprio Primeiro-Ministro (em declarações aos órgãos de co-



O Governo saiu da Assembleia da República vencido e isolado, relativamente a sua pretensão de congelar os salários dos trabalhadores.

municação social), apesar do verniz legalista de que procurou rodear as suas afirmações.

Segundo essas afirmações (Diário de Notícias, 11.4.79), a recusa de ratificação do decreto dos 18% foi «muito grave» e «criou uma situação de congelamento dos salários fixados em 1978». Para obviar ao inconveniente desse congelamento de salários é que o Governo iria apresentar a proposta de lei já referida, para que a Assembleia da República «tome uma posição concreta, fixando os 18% ou outra taxa».

Tais afirmações só podem significar que o Governo considera o DL 121/78 integralmente em vigor designadamente quanto ao «teto salarial» de 20%.

Concretamente, que consideração em vigor o art.º 2.º?



O CONGELAMENTO DOS SALÁRIOS

n.º 1 do DL 121/78 segundo o qual «é vedado afectar aos aumentos de remunerações mínimas montante global superior a 20% do total de remunerações resultantes da aplicação das tabelas constantes dos instrumentos de regulamentação colectiva aplicáveis, desde que estes tenham sido publicados em 1977».

E, ainda, que considera em vigor o art.º 3.º do DL 121/78 (cujo regime, por força dos n.ºs 3 e 4 do art.º 2.º, é também aplicável a todos os casos de revisão de instrumentos de regulamentação colectiva publicados antes de 31 de Dezembro de 1976), seguido o qual «nos instrumentos de regulamentação colectiva para trabalhadores não abrangidos por qualquer instrumento de regulamentação colectiva, é vedado afectar à fixação da tabela de remunerações mínimas montante global superior em mais do que 20% ao total de remunerações de base efectivas praticadas em 31 de Dezembro de 1977».

Faço a estas disposições compreender-se a afirmação subtilina do Primeiro-Ministro segundo a qual a não ratificação do decreto dos 18% criou uma situação de congelamento dos salários fixados em 1978.

De facto, a adotar-se que aquelas normas do DL 121/78 continuam em vigor nos seus exactos termos as consequências seriam, esquematicamente, as seguintes:

a) Poderiam ser actualizados em 1979, até 20% do total de

remunerações mínimas vigentes em 31.12.77, as tabelas salariais de instrumentos de regulamentação colectiva publicados em 1977 e que não tivessem sido revistas em 1978.

b) Poderiam ser actualizados em 1979, até 20% do total das remunerações de base efectivas praticadas em 31.12.77, os salários resultantes de instrumentos de regulamentação colectiva que não tivessem sido revistas desde 31.12.76 e os salários de trabalhadores não abrangidos antes por qualquer instrumento de regulamentação colectiva. Num e noutro tipo de situações a actualização só seria possível na condição de não se ter verificado, no ano de 1978, qualquer revisão de tabelas salariais de instrumentos de regulamentação colectiva aplicáveis a esses trabalhadores.

c) Por razões óbvias ficariam congelados, em 1979, todos os salários, que no ano de 1978 tivessem sido actualizados na medida permitida pelo DL 121/78. (20% das remunerações mínimas ou de base efectivas).

d) Quanto muito, ficariam só parcialmente congelados, em 1979 os salários que em 1978 tivessem sido actualizados em medida menor do que a permitida pelo DL 121/78 (se, por exemplo, em 1978 tivessem aumentado 15%, poderiam ainda aumentar 5% em 1979).

Ou seja, o «verniz» legalista do Governo Mota Pinto assenta na posição indefensável de que o DL 121/78 continua integral-

mente em vigor e nos exactos termos em que foi publicado. Mas já se demonstrou irrefutavelmente que as respectivas normas que impõem um «teto salarial» de 20% caducaram em 31.12.78.

As consequências lógicas daquela «verniz» legalista seriam as apontadas acima.

Governo decidiu congelar toda a contratação colectiva

A prática do Governo, porém, demonstra que ele, friamente, decidiu congelar toda a contratação colectiva. E vários casos podem já apontar-se em que não apenas os «salários fixados em 1978» estão congelados por decisão do Governo, mas todos os salários mesmo fixados antes de 1978.

Assim, estão congelados por recusa de depósito o CCT dos Fibrocimentos — a revisão da matéria pecuniária acordada entre Associações Patronais e Sindicais foi entregue no Ministério do Trabalho para depósito em Outubro de 1978. Logo, não foi revisto em 1978; O CCT do Comércio de Quilómetros e Relevoaria — foi acordada a revisão de matéria pecuniária e entregue no Ministério do Trabalho para depósito em 30.1.79. Logo não foi revisto em 1978.

Além disso no CCT das Pe-

dreiras e Granitos do Norte, entregue para depósito em Janeiro de 1979, o Ministério do Trabalho informou que está a proceder ao apanhado das cláusulas que violam as disposições legais dos Decretos-Leis 121/78 e 34/79.

Demostra-se mais uma vez a extensão e gravidade da manobra de provocação à Assembleia da República e de atentado legal contra os direitos dos trabalhadores, para beneficiar servilmente os interesses do grande patronato.

A aplicação da CGTP-IN

A CGTP-IN realfama, pelo exposto, todas as suas posições anteriores:

a) O «teto salarial» de 20% caducou em 31.12.78.

b) A não ratificação do Decreto dos 18% deu lugar à inexistência actual de qualquer «teto salarial».

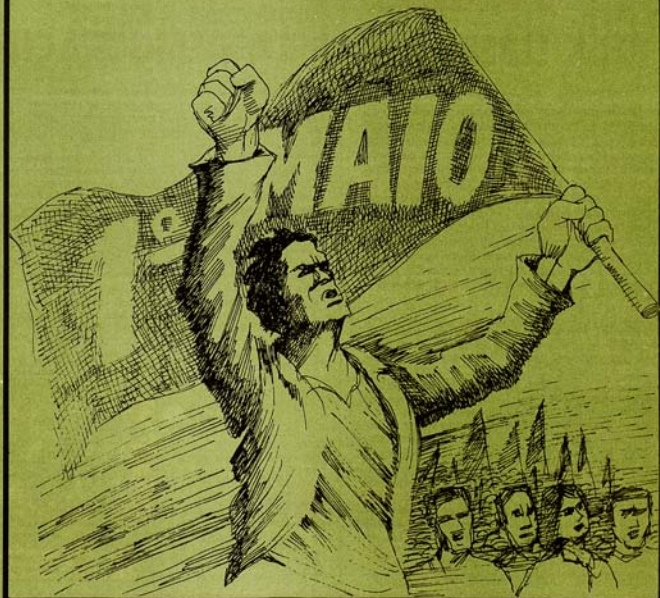
c) Nesse plano, restabeleceu-se a liberdade de negociação colectiva.

d) O congelamento de salários que o Governo quer impor é, portanto, ilegal.

e) Os trabalhadores devem desenvolver a sua luta reivindicativa com base neste entendimento.

f) O Movimento Sindical deve denunciar a todos os níveis a grave manobra do Governo e exigir da Assembleia da República a rápida clarificação da situação.

1º DE MAIO DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR



1º DE MAIO DE 1979



mento econômico e social do País», ao «uso generalizado de arbitrariedades e prepotências», ao «recorso sistemático à ilegalidade e à repressão, particularmente pelo MAP» e «às tentativas de criar novas formas de censura pelo Ministério da Comunicação Social».

Celebrar em unidade o Dia Mundial do Trabalhador será, ainda, este ano, pôr fim «às negociações e corrupção que alastram e envolvem vários departamentos governamentais», e que «fazem deste Governo factor de descrédito das instituições democráticas».

Mas, nem só como uma jornada de luta

PELA LIBERDADE • PELA DEMOCRACIA • PEL

«As comemorações do Dia Mundial do Trabalhador, para além do seu significado de jornada de fraternidade entre todos os explorados, de jornada de luta mundial pelo fim da exploração do homem pelo homem, deverão constituir entre nós, este ano, uma firme reafirmação da adesão dos trabalhadores ao espírito do 25 de Abril, uma jornada de luta em defesa da liberdade, da democracia e das restantes conquistas da Revolução, consignadas na Constituição da República Portuguesa» — pode ler-se num documento recentemente aprovado no Plenário da CGTP-IN, que reuniu em 31 de Março de 1979, em Lisboa.

Porém, enquanto jornada de luta, o 1.º de Maio deste ano será igualmente o reflexo do sentimento generalizado dos trabalhadores portugueses e do povo em geral face à política de um Governo cuja acção se tem caracterizado por «um arrogante ódio de classe contra os trabalhadores».

O povo português já repudiou claramente este Governo e a sua desastrosa política, nas grandiosas mani-

festações que recentemente, de norte a sul, encheram as ruas das cidades e vilas onde se realizaram.

Duas palavras de ordem que lavraram por todo o País no decurso das manifestações populares consubstanciaram, na verdade, o real sentir dos trabalhadores e do povo em geral, em face do desacreditado Governo MP/PPD: «O Povo não aceita Governo de direita» e «A luta continua, Mota

Pinto para a rua».

Aliás, a resolução do Plenário da CGTP-IN é a este respeito muito clara e inequívoca, «da análise fria da acção conjunta e sectorial do Governo nada ressalta que possa justificar a sua manutenção em funções» — lê-se, a dado passo, naquele documento.

Ao celebrarmos este ano o sexto 1.º de Maio em Liberdade, devemos ter presente que ele será, necessariamente, uma forma de dar combate corajoso, persistente e tenaz a um Governo que se caracteriza por uma «evidente incapacidade de diálogo com os trabalhadores e de, a partir dele, definir uma política social».

Esta justa luta, que conta com a participação de todos nós, visa, também, pôr termos à «inação visível de Ministérios com responsabilidades no desenvolvi-

remos celebrar o 1.º de Maio de 1979. Ele será, igualmente, uma jornada de alegria e de festa».

Através de uma programação diversificada e descentralizada, esta data histórica para os trabalhadores de todo o mundo, estabelecerá, no nosso país, um elo entre esse dia e um outro não menos importante: o 25 de Abril. Nesse espírito se confirma o 1.º de Maio como «uma jornada de luta em defesa da Revolução de Abril e



das suas conquistas irreversíveis.

O ano em curso é também dedicado especialmente à criança. O Movimento Sindical Unitário à semelhança de anos anteriores, leva a efeito uma série de iniciativas a elas particularmente dedicadas, tais como espectáculos de cinema, de teatro infantil e de fantoches, exibição de ranchos infantis, sessões de pintura e modelagem, gincanas (triciclo), corridas pedestres e outras modalidades de atletismo, lanches-convívio e visitas organizadas a fábricas, através das escolas.

As Comissões Organizadoras distritais das comemorações

Maior e enviará uma saudação nacional aos trabalhadores e ao povo português.

Compete ainda a Comissão Nacional a realização de um torneio internacional de atletismo, a promoção de um concerto de música sinfónica e a organização do espectáculo «Viver Maio», além da edição de um cartaz nacional e de autocollantes e da realização de um filme, alusivos a esta importante jornada.

As comemorações nacionais do 1.º de Maio constituirão «mais uma grande jornada de luta contra a política do Governo MP/PPD e pela reclamação de uma solução democrática e

IA • PELA CONSTITUIÇÃO

do 1.º de Maio têm, também, a seu cargo, a promoção de actividades culturais, recreativas e desportivas, destinadas à população em geral, que culminarão nas concentrações, desfiles e comícios a realizar em todas as localidades onde, paratá, existam condições.

Por seu turno, a Comissão Nacional assegurará a participação directa do Secretariado Nacional da CGTP-IN em todos os distritos onde se comemora o 1.º de

constitucional para a crise» que o País atravessa.

A celebração do Dia Mundial do Trabalhador será, igualmente, a cabal demonstração do amor do povo português pela liberdade, pela democracia e pelos ideais do progresso e da justiça e paz que a efeméride representa e, também, o corolário da determinação do nosso povo em «combater o golpismo reaccionário e fascista, que visa impor nova ditadura».

25 de Abril

Redondo, o sol era mesmo um carrossel a entrar todo pela janela, a rodopiar nas tábuas do soalho, cavalos e girafas numa dança alegre, crinas nas paredes, altos pescoco no tecto. Ela deixava-se envolver por essa imensa orbita, ambas as mãos sobre o ventre, ali sentada, sorrindo aos bebés minúsculos que teimavam na conquista do horizonte... Um a um, milímetro a milímetro, apatia, os bebés iam abandonando os nós do chão, sfoltos no caminho, uns atarrasados, outros mais à frente.

«Meus valentes!»
Sorrui, abraçou-se ao filho por nascer, ofereceu-lhe a euforia multicolor do carrossel: e o filho, ora agarrado às manchas de uma girafa, ora todo direito no dorso de um cavalo, acenava aos bebés com a maciça avançada no tempo.

«Avante! Avante!» — era o seu riso, era o seu gesto. Olhos cerrados, os cabelos na emissão do sol, ela foi recordando (e adormecendo) as imagens longínquas dos primeiros diálogos. Via-se de casaco curto aos quadrados, no labirinto da esplanada, indo num sorriso ao encontro dele...

E ele, camisa aberta, tomando-lhe as mãos:
«Hoje tens uma pergunta a fazer-me!»
«Que pergunta...?»
«Pois não sabes...?»
«Não sei...»
Ele ri, ela sentou-se, o tempo redondo da mesa entre os dois.

«Bem, se não sabes, vou dizer-te que perguntas me tens a fazer. Valeu...?»
Ela tomou a nuca nas mãos, olhou-o de olhos nos olhos:

«Desde que não seja muito complicada...»
«Oh, não! É só uma palavra...»
«Só uma palavra...?»
«Sim, sim... Possa...? Então, vamos lá. Pergunta-me assim: «Batráquio?»
Anda, pergunta!
Ela, brilhante, pergunta:
«Batráquio...?»

Ele tomou-lhe os ombros, uma outra cor nos olhos, e, com o dedo, desenhou duas letras em dois quadrados do casaco curto. E disse:

«Ra»
Palavras cruzadas feitas, cruzaram o seu amor — e o casaco curto aos quadrados, nas tábuas do soalho, era um problema de palavras cruzadas docemente decifrado...

Olhos cerrados, os cabelos fora da emissão do sol, ela foi-se apercebendo de que o carrossel se tinha já sumido no espaço. Acordou — e sentiu o filho no ventre, trémulo, a resolver um problema de números cruzados.

«Que dia...?» — perguntava o menino escondido.

Ela aoergueu-se, olhou o calendário, suspirou na parede:

«Dia 25... Pedro Alvim
«Astrónomo Português»»



O 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, constitui uma jornada do mais elevado espírito internacionalista, na luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a opressão e a exploração.

Viver o 1.º de Maio é prestar a justa homenagem aos valerosos homens e mulheres, é viver a luta do dia-a-dia em todos os anos de luta, iniciada com a luta pela jornada de oito horas de trabalho diário, pela melhoria das condições de vida, pela dignificação dos trabalhadores, pela sua emancipação social, económica e política.

Neste sexto ano em que os trabalhadores portugueses comemoram o 1.º de Maio em liberdade e em que as forças do passado desenvolvem uma ofensiva que visa pôr em causa as conquistas do povo português, alcançadas com o 25 de Abril — a liberdade, a democracia e o projecto socialista constitucionalmente consagrado — compete a todos os que foram vítimas da opressão e da exploração de 48 anos de fascismo unirem-se em torno do projecto libertador de Abril para prosseguir na defesa e no reforço da unidade de todos os trabalhadores, que é condição essencial para derrotar as forças da reacção, os saudosistas do passado.

São hoje bem claros os esforços que as forças do grande capital têm vindo a desenvolver para dividir, no plano interno, o poderoso Movimento Sindical português, bem como para procurar impedir, no plano internacional, o desenvolvimento de uma verdadeira solidariedade internacionalista que combate e põe em

causa o velho mundo dos grandes monopólios, das multinacionais e do imperialismo.

Portugal não fugiu à regra. As acções dos divisionistas começaram a desenvolver-se logo após o 25 de Abril de 1974 e a grandiosa demonstração de unidade dos trabalhadores que foi o 1.º de Maio desse ano.

Podemos afirmar, sem margens para dúvidas, que continua a desenvolver-se e a reforçar-se a sua unidade. Convém, contudo, nunca deixar de ter presente que o nosso inimigo não desarma e recorre a todos os meios para conseguir os seus objectivos.



Também ele sabe que o Movimento Sindical Português foi uma importantíssima alavanca que contribuiu para desencadear as profundas alterações económicas, sociais e políticas que se produziram no nosso país e constitui uma das mais sólidas barreiras aos intentos reaccionistas dos reacçãoários e fascistas.

Por isso, a divisão do Movimento Sindical, que gera a descrença dos trabalhadores e enfraquece a



VIVER MAIO

na capacidade de luta, é uma constante da sua luta contra o 25 de Abril, contra o regime democrático, contra a Constituição.

Viver o 1.º de Maio como uma jornada de unidade e de luta é sempre comemorar o 25 de Abril. E comemorar o restabelecimento da liberdade e da democracia, é reviver a maior manifestação que jamais se realizou no nosso país, numa perfeita identificação entre as massas populares e os gloriosos capitães de Abril, na certeza de que correspondia e se identificava com os mais profundos anseios do povo português.

A luta dos trabalhadores portugueses, ao longo destes cinco anos, originou profundas alterações nas estruturas do nosso país.

Com o 25 de Abril, foram liquidados os monopólios e os latifúndios, foram inscritas na Constituição, como conquistas irreversíveis, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de produção.

As condições de vida do povo portu-

guês melhoraram significativamente, graças, sobretudo, à conquista das liberdades e direitos sindicais, à contratação colectiva, ao estabelecimento do salário mínimo, à proibição dos despedimentos, passando a existir uma distribuição mais equilibrada do rendimento nacional.

As grandes transformações revolucionárias, criadas com o 25 de Abril e desenvolvidas pela acção dos trabalhadores, geraram uma nova dinâmica da vida nacional que aponta, indubitável e irreversivelmente, para o Socialismo.

As forças reacçãoárias e fascistas, a reboque do Imperialismo, procurando contrariar a vontade popular, manifestada através de eleições livres, tudo fazem para tentar desacreditar e impedir o desenvolvimento do sector nacionalizado e as tentativas de desnacionalização em algumas empresas, ataque à Reforma Agrária, aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o ataque à liber-



dades nacionais que, em vez de resolver, agrava em benefício dos grandes senhores os problemas do País, num desrespeito permanente, pelas leis democráticas e pela Constituição.

O 1.º de Maio deste ano, no seguimento das comemorações do glorioso 25 de Abril, é uma jornada de festa e de alegria. Festa da confraternização entre todos os trabalhadores, com a ale-

gamento.

As comemorações do 1.º de Maio deste ano serão mais uma grandiosa jornada de unidade e de luta dos trabalhadores e do Povo português contra as forças da direita, da reacção e do grande patronato, contra o Governo Mota Pinto/PPD, de combate pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e das condições de vida do nosso Povo, contra o de-

socialmente injusto do Governo Mota Pinto, cuja acção, caracterizada por um arrogante ódio de classe contra os trabalhadores, se tem constituído num instrumento fiel da política desforrista dos grupos monopolistas e dos latifundiários, acoitados na CIP, CAP, CCP e multinacionais. O Povo português já repudiou claramente este Governo e a sua política e vai voltar a exigir, com

MAIO, DEFENDER ABRIL

dade de informação, o boicote patronal à contratação colectiva, a repressão patronal contra os dirigentes e delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, o aumento dos despedimentos e do desemprego, o aumento do custo de vida, o aumento das rendas de casa. Tudo com a conivência do aparelho de Estado, em resultado das acções de um Governo que está contra o 25 de Abril, contra os trabalhadores e o povo em geral, que desenvolve uma política desajustada das novas reali-

gria de o comemorarmos em liberdade, imbuídos do necessário espírito de dardos combativos a um Governo que usa e abusa da mediocridade, da prepotência, da ilegalidade e da repressão, mas que, mesmo assim, e por isso mesmo, tem cada vez mais os seus dias contados e teve, pelo menos, o mérito de demonstrar a todos os portugueses o desastre total da política da direita e da nação, fazendo-nos antever e alertando-nos para os perigos que podem advir das cenédias aos desígnios das forças do an-

semprego e os despedimentos, contra o aumento do custo de vida, contra a repressão, a arbitrariedade e a corrupção.

As comemorações do 1.º de Maio vão constituir o seguimento natural das comemorações do glorioso 25 de Abril e as grandiosas manifestações que então se vão realizar ficarão a constituir a imagem indelével da capacidade de luta, da determinação e da vontade dos trabalhadores e do Povo português para se oporem à política economicamente desastrosa e

cada vez maior força e determinação, a sua demissão pura e simples já que ele representa uma permanente e abjecta provocação aos ideais do 25 de Abril, uma constante ameaça à liberdade, à democracia e ao projecto socialista consagrado na Constituição e é contrário ao regime democrático pondo em perigo o futuro dos jovens, dos trabalhadores, das mulheres e dos reformados, atentando seriamente contra a independência nacional.

**A. TEIXEIRA
DA SILVA**



O 1.º DE MAIO DEPOIS DO 25 DE ABRIL

- Cada vez maior
- Cada vez mais firme
- Cada vez mais combativo

Não há dois Primeiro de Maio iguais. Nem sequer no tempo do fascismo, em que o mesmo ciclo de clandestinidade e violência repressiva se repetia de ano para ano. Nenhum Primeiro de Maio será jamais igual ao de 1974, cuja tónica foi a da fraterna alegria pela vitória contra o fascismo. Os outros que se lhe seguiram, todos diferentes entre si, mostram, no entanto, uma linha evolutiva constante: o reforço da consciência de classe e da unidade entre os trabalhadores. Dotados de um objectivo comum, alicerçado na Constituição da República, os trabalhadores portugueses transformam cada ano o Primeiro de Maio na bandeira das suas reivindicações. Aqueles, que, remando contra a Constituição, agravando cada vez mais a situação económica do país, atentando contra as conquistas de Abril, fazem perigar diariamente a democracia portuguesa, sabem que uma barreira indestrutível os impede de chegar aos seus intentos finais: a unidade e a determinação dos trabalhadores em luta pelos seus direitos. É essa barreira, que todos os anos mostra a sua força no Primeiro de Maio. Cada vez maior. Cada vez mais firme. Cada vez mais combativa. Sabem também que os trabalhadores portugueses não estão sós. Desde o primeiro Primeiro de Maio são cada vez mais numerosas as delegações estrangeiras que participam nessa jornada de luta do povo português, trazendo o testemunho da sua solidariedade com os objectivos libertadores da Revolução do 25 de Abril.



Fraternidade

«O povo unido jamais será vencido» — eis o grito mais ouvido de norte a sul do país no primeiro 1.º de Maio que o povo português pôde livremente celebrar após 48 anos de ditadura fascista. Calcula-se que só em Lisboa foi um milhão de pessoas que se uniram nessa festa, a jornada de fraternidade maior do povo português. Pela primeira vez as «forças da ordem» não intervieram nas comemorações do Dia do Trabalhador. Elementos com braçadeiras orientavam o desfile, e, nas proximidades do estádio onde decorreru o comício-concentração, militares postados nos telhados e outros, circundando o recinto, estavam atentos a eventuais provocações. Muitos trabalhadores trouxeram para a rua, nesse dia, escritas com a maior simplicidade, em cartazes improvisados, as reivindicações que



queriam ver satisfeitas.

O que se passou em Lisboa repeliu-se no Porto, no Barreiro, em Vila Nova de Gaia, em Aihos Vedros, em Coimbra, em Évora, um pouco em suma, por todo o lado.

O movimento sindical português, emergindo da semi-clandestinidade, apresentou no Estádio 1.º de Maio (em Lisboa) e na Praça da Liberdade (no Porto), as reivindicações dos trabalhadores portugueses: necessidade de construir uma sociedade socialista para pôr termo à exploração do homem pelo homem, unidade das forças operárias, liberdade sindical, direito à greve, aumento imediato de salários, instituição do salário mínimo nacional, semana de cinco dias a 40 horas, reintegração dos trabalhadores despedidos por motivos políticos, reorganização da Previdência, abolição do sistema corporativo, fim da guerra colonial.

Revolução

Meio milhão de trabalhadores participou em Lisboa no segundo Primeiro de Maio em Liberdade, numa jornada promovida pela Inter-sindical, com o apoio da Câmara Municipal e do INATEL.

No Porto e em todo o Alentejo, as celebrações tiveram igualmente uma participação maciça. Os trabalhadores, que acorreram aos desfiles e comícios desse dia, confirmaram nas ruas aquilo que nas eleições para a Assembleia Constituinte, realizadas no dia 25 de Abril desse mesmo ano, tinham dito: «sim» à opção socialista, cujos primeiros passos haviam sido dados com a nacionalização da banca, dos seguros, e dos principais sectores da economia portuguesa.

Nesse Primeiro de Maio os trabalhadores aplaudiram também outras importantes medidas: o reconhecimento

da personalidade jurídica da Inter-sindical Nacional, a nova lei das associações sindicais, o aumento do salário mínimo nacional, a proibição dos despedimentos sem justa causa.

Unidade

Na noite de 30 de Abril para 1.º de Maio de 1976, uma bomba de forte potência rebentava em frente ao Cinema Tivoli, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, matando uma pessoa e causando danos materiais vultuosos. Desde Maio de 75 até Maio de 76 tinham-se assinalado 300 actos terroristas. Os nostálgicos do fascismo e do colonialismo procuravam, por todos os meios, fazer regressar a marcha da História.

Mas a revolução libertadora do 25 de Abril progredia: com a independência de Angola, em 11 de Novembro de

mais, na escolha dos deputados à Assembleia da República, a opção socialista do eleitorado português.

Foi sob o lema da unidade que a Inter-sindical Nacional preparou a jornada do 1.º de Maio, designando-a de Festa Nacional de Unidade dos Trabalhadores. Nacional, porque as comemorações abrangeram quase todo o País (17 capitais de distrito e 13 concelhos), de unidade, porque sendo o 1.º de Maio uma festa de todos os trabalhadores, a sua unidade é questão prioritária e de importância fundamental para a defesa das conquistas alcançadas e pelo avanço da democracia rumo à sociedade sem exploradores nem explorados.

No comício do Estádio 1.º de Maio, que, uma vez mais, foi pequeno para a multidão que a ele acorreu, e no Porto, na Praça General Humberto Delgado, bem como noutras capitais de distrito, o movimento sindical, representado por diversas tendências unidas sob o mesmo combate, assinalou os objectivos da luta: defesa das nacionalizações, reforma agrária, defesa e aplicação do controlo operário, defesa das liberdades democráticas, defesa do direito ao trabalho.



1975, encerrava-se praticamente o processo de descolonização; com a promulgação da Constituição da República, no dia 2 de Abril de 1976, institucionalizava-se a democracia portuguesa, com as eleições do dia 25 de Abril de 1976, realfirmava-se, uma vez

Consciência de classe

Seicentos mil em Lisboa, 200 mil no Porto, 50 mil em Beja, 25 mil em Évora, milhares nas restantes capitais de distrito (incluindo as das Ilhas Adjacentes) e em 40 sedes de concelho — eis os números do 1.º de Maio de 1977, cuja tónica foi a consciência de classe. Em causa o cumprimento da Constituição e a firme resposta às manobras divisionistas surgidas no movimento sindical.

A realização do Con-

gresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro desse ano, fora uma primeira vitória da unidade, ratificada daí a poucos meses na jornada grandiosa do 1.º de Maio, que pela primeira vez não foi transmitida em directo pela RTP.

A luta pela Constituição traduz-se, nomeadamente, na recuperação económica ao serviço dos trabalhadores,

na defesa do poder de compra das classes trabalhadoras, na defesa do direito ao trabalho, na defesa da Reforma Agrária, na defesa das regalias conquistadas, na defesa da democracia. Consiste na luta contra a recuperação capitalista, agrária e imperialista, na luta contra a entrega das empresas intervencionadas aos patrões sabotadores, na

luta contra as restrições às liberdades públicas e contra a austeridade imposta às classes laboriosas para pagar indemnizações, aqueles que durante meio século haviam explorado o povo português, eis em síntese, o programa sindical desse 1.º de Maio.

Unidos em torno destes objectivos, milhares de trabalhadores res-

ponderam por todo o país ao apelo da CGTP-IN (nova designação da Inter), realizando uma jornada de luta e festa, considerada a maior depois da de 1974 (e em certos pontos do país, a maior de sempre).

Unidade e luta

«Temos um projecto a defender: a Constituição. Temos importantes conquistas a desenvolver: as liberdades democráticas e sindicais, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário. Temos um regime democrático a consolidar: um regime que visa a construção do socialismo» — eis a síntese dos objectivos de luta da jornada do 1.º de Maio de 1978.

As multidões, que, uma vez mais, isolaram os divisionistas, foram comparáveis às que encheram a cidade de Lisboa em 1974. No Porto idêntico fenómeno ocorreu. Mas o Primeiro de Maio de 1978, vivido sob o signo da unidade e luta, mostrou que por cada ano que passa, mais se alarga o âmbito geográfico do combate, mais se aprofunda o seu sentido na consciência dos participantes.

Disso são prova concludente os seguintes números (que não esgotam a estatística da jornada): Coimbra, 55 mil; Évora, 50 mil; Beja, 40 mil; Portalegre, 30 mil; Odemira, três mil; Faro, dois mil; Portimão, quatro mil; Silves, 1500; Vila Real de Santo António, dois mil; Lagos, 2500; Albufeira, 500; Grândola, 2500; Torres Vedras, 3500; Leiria, 20 mil; Braga (incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos e Fafe), 70 mil; Penafiel, cinco mil; Viana do Castelo, 7000; Vila Real, 5000; Régua, 2000; Covilhã, quatro mil; Gouveia, três mil; Santarém, dois mil; Benavente, cinco mil; Lamego, 1500; Viseu, quatro mil; Chaves, quatro mil e Bragança, 500.



A DEMOCRACIA EXIGE LIBERDADE DE INFORMAÇÃO

O sector da comunicação social, em Portugal, atravessa actualmente uma profunda crise.

A crise da comunicação social, e particularmente da imprensa, tomada no seu sentido lato, é uma crise institucional, económica e social. É, ao fim e ao cabo, uma crise que não é nova, mas que a acção dos últimos governos — e muito em especial do Governo Mota Pinto/PPD — agravou sensivelmente.

Antes do 25 de Abril, a imprensa em Portugal conhecia já muitos dos problemas com que hoje se debate.

A intervenção implacável da censura fazia então com que a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social servisse apenas, na grande maioria dos casos, os interesses dos grandes grupos monopolistas, que dominavam o aparelho de Estado e detinham o poder. Contrariamente ao que alguns ainda pensam, a situação económica e financeira das empresas do sector, não obstante as condições a que estavam sujeitos os respectivos trabalhadores, era já manifestamente deficitária. O interesse político do domínio da informação, porém, sobrepunha-se às questões de ordem económica.

O 25 de Abril veio assim encontrar os órgãos de comunicação social numa situação que, no Estado democrático, se tornava insustentável.

A Revolução tornou possível então que os trabalhadores do sector se libertassem das algemas da censura e passassem a assegurar uma informação muito mais consentânea com as realidades da nossa vida política e social. O Povo português conquistou assim a informação livre a que tinha direito.

As profundas alterações operadas em toda a sociedade levaram, por outro lado, a que grande parte dos principais órgãos de informação fossem directa ou indirectamente nacionalizados e outros, mercê da situação difícil em que se encontravam, passassem à propriedade do Estado, por via da intervenção deste na sua gestão.

Fosse por mera incapacidade ou ainda por manifesta falta de vontade política, os sucessivos governos não re-



solveram, porém, os grandes problemas com que o sector se debatia. Só nos últimos dois anos, o sector conheceu sete ministros ou secretários de Estado, mas continua a fazer-se sentir a falta de um estatuto da informação, os jornalistas não dispõem ainda do seu estatuto nem de um regulamento de carteira profissional e as empresas têm vindo a ver aumentar os seus défices, por falta de apoios. Concretamente no sector estatizado, a orientação editorial dos jornais, Rádio e TV e a própria sobrevivência das empresas continua dependente, em grande parte do Governo, que assim pode intervir, com maior ou menor arbitrariedade, no direito dos profissionais a informarem e do Povo português a ser informado.

Esta foi a situação herdada pelo Governo reaccionário de Mota Pinto e que a acção prepotente e fascizante do ministro Pronsca de Carvalho desde a primeira hora aproveitou.

Ainda o Governo não tinha obtido da Assembleia da República a confirmação do seu mandato, e já o ministro cometia grosseiras ingerências na informação estatizada, nomeadamente impondo os interesses do Governo na

programação da Rádio e da Televisão.

Desde então, não mais cessaram as arbitrariedades. O Governo, através do seu ministro da Propaganda, desintervenionou levemente empresas, sem acautelar minimamente a sua viabilização; declarou outras em crise; impôs estatutos de excepção que lhe conferem margens incontroláveis de actuação; afastou dos seus postos de trabalho, algumas vezes de direcção, homens progressistas de idoneidade inquestionável mas cujas vozes lhe eram incómodas; colocou em lugares-chave pessoas da sua confiança, e frequentes vezes de nulo prestígio profissional; impôs, por via das administrações e directores, a censura e o medo nas redacções. Mais recentemente, em flagrante e grosseira violação da Constituição, prepara-se para reprivatizar empresas nacionalizadas.

Nenhuma — absolutamente nenhuma — das medidas adoptadas pelo ministro Pronsca de Carvalho é susceptível de contribuir para a resolução dos reais problemas do sector da comunicação social. Pelo contrário, todas elas as agravam e visam exclusivamente assegurar o controlo da informação, como meio de dissimular os fracassos da actua-

ção do Governo e manipular a consciência do nosso Povo.

Uma tal situação não pode continuar. Ela é uma ameaça directa e permanente à própria democracia.

As soluções para os problemas do sector da comunicação social são incontestavelmente complexas. Mas a sua adopção é urgente e só será possível se forem tidos em conta a participação construtiva dos trabalhadores do sector e os interesses legítimos de todo o Povo.

A luta por uma informação democrática passa irremediavelmente pelo afastamento do reaccionário Pronsca de Carvalho da pasta da Comunicação Social e pela reposição imediata no sector da situação anterior à constituição do actual Governo.

Estas são as duas etapas fundamentais que sempre demora ser percorridas. Os trabalhadores da comunicação social não deixarão então de contribuir para que as verdadeiras soluções para os reais problemas do sector sejam adoptadas. Os trabalhadores portugueses, no seu conjunto, saberão também, como sempre têm sabido, exercer a vigilância necessária para que, também na comunicação social, os seus direitos e interesses sejam salvaguardados.

CAMPANHA DE FUNDOS DA CGTP-IN

O ÊXITO DEMONSTRA A LIGAÇÃO AS MASSAS

A Campanha de Fundos da CGTP-IN para a criação de uma Escola de Formação Sindical encerra oficialmente no Dia Mundial do Trabalhador.

Pela importância de que se reveste mais esta iniciativa do Movimento Sindical Unitário, como um valioso contributo para o reforço da unidade sindical e para a consolidação da democracia, esta jornada de luta, que é o 1.º de Maio, deverá ser, ainda, uma jornada de militância que permita alcançar a meta proposta — os 10 mil contos, para a Escola de Formação Sindical!

O Dia Mundial do Trabalhador é, este ano, em Portugal, uma data que se reveste de um significado muito particular.

Ele é, sem margem para dúvidas ou equívocos, uma grandiosa jornada de luta contra um Governo de política reaccionária e de — um arrogante ódio de classe contra os trabalhadores —

Para qualificar um Governo deste jaez bastariam, de resto, as manifestações de repúdio que se realizaram de norte a sul do País, envolvendo centenas de milhares de trabalhadores e, bem assim, os sucessivos malgros que, na Assembleia da República, sofreram o Orçamento Geral do Estado, o Plano e, também naquele orgão de soberania, as duras críticas formuladas pelos deputados. Lembramos a propósito as acusações de corrupção em que se vê envolvido o MAP do sr. Vaz Portugal e do seu secretário de Estado, Ferreira do Amaral.

O 1.º de Maio é, também, uma jornada de festa e de alegria. Porque, nas comemorações desta efeméride, se celebram as lutas dos trabalhadores pela conquista da liberdade, da democracia e pelos mais elevados ideais de paz e progresso social, numa sociedade que — como bem o explicita a nossa Constituição — aponta para um futuro mais justo e fraterno, sem exploração nem exploradores.

Mas esta data é, ainda, por tudo isto e porque foi o dia aportado para o encerramento oficial da Campanha de Fundos da CGTP-IN, um valioso contributo para o reforço da unidade sindical e para a consolidação da democracia.

A participação activa de todos os trabalhadores na Campanha de Fundos, que irá dotar o Movimento Sindical de uma escola de formação dos seus quadros, é um reforço da unidade porque, ao fazê-lo, estaremos a demonstrar aos divisionistas, a soldo do grande capital nacional e es-

trangeiro, que é íntima a ligação às bases e grande o apoio que a CGTP-IN merece dos trabalhadores.

Colaborar na compra e na venda de cupões para a Campanha e nas múltiplas iniciativas que o espírito criador dos trabalhadores levou à prática é, também, um valioso contributo para o reforço dessa unidade, que nos é, a todos, tão cara.

Num momento em que as forças de direita, acolitadas por um Governo cuja prática mais não faz do que servir os seus interesses de classe, reaccionistas e reaccionários, mantêm plena actualidade as palavras proferidas pelo camarada José Luís Judas durante a sua intervenção na 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical da CGTP-IN, realizada em Janeiro, em Lisboa.

«Não se trata só de uma batalha financeira» — afirmava, ao referir-se à Campanha de Fundos. «É sobretudo

uma batalha política».

Na verdade, alcançar a meta — os 10 mil contos — será desferir mais uma machadada tanto nos desígnios divisionistas como nas ambições de quantos anseiam (Governo MP/PPD incluídos) regressar ao 24 de Abril de 1974 e ver instaurada uma nova ditadura no nosso País.

A esses, os trabalhadores, os democratas, os antifascistas e o povo em geral, têm sabido opor-se, firmemente e com coragem, ao longo do processo revolucionário.

Aos divisionistas e saudos do passado, sabemos todos, mais uma vez, unidos em torno da CGTP-IN, dar a resposta que merecem, combatendo, também, num dia, que culminará no dia 1.º de Maio, a Campanha de Fundos para a Escola Sindical.

O Dia Mundial do Trabalhador, em Portugal, reveste-se dum significado muito particular. Ele é também, pelo grande número de pessoas que reúne

PELO REFORÇO DA CGTP-IN

DEVEZ REGRAR ESTE TALÃO A ORGANIZAÇÃO DE ONDE O RECEBÊSTE

20 ALAVANCAS

10 MIL CONTOS PARA A ESCOLA SINDICAL DE FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CUPÃO

COM ESTE CUPÃO A SER PREMIADO ENTRE DEZEMBRO DE 1974 PRÊMIOS:

- Automóvel
- Moto
- Viagens
 - Férias
 - Jogos Olímpicos
 - Férias Hungria
 - 1.º de Maio Cuba
 - Outras viagens
- Máquinas fotográficas
- Tendões de campismo; rádios; relógios; etc...
- ... etc., etc., etc.

nos vários locais de concentração, de desfile e de comício, um excelente pretexto para aumentar ainda mais os fundos que irão erguer a Escola de Formação de todos nós.

Participar na Campanha de Fundos é uma tarefa prioritária do Movimento Sindical Unitário. Tão importante como o reforço da organização nas empresas e como a defesa dos direitos e das conquistas dos trabalhadores ou, ainda, como a luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Estamos, no momento em que este número da "Avançada" é distribuído, a atingir a data limite para a recolha de fundos para a campanha.

Este facto não deve servir como pretexto para a demobilização face a esta tarefa. Pelo contrário, imbuídos do espírito revolucionário da data que celebramos e de emulação pela justeza da tarefa, devemos, isso sim, desenvolver todos os esforços no sentido de, apesar do sacrifício eventual que daí possa advir, incrementar, tanto quanto possível, a obtenção de mais fundos para a Campanha.

A Escola de Formação Sindical visa dotar o Movimento Sindical Unitário de um importantíssimo instrumento de luta contra o divisionismo e a reacção, que permitirá apetrechar dirigentes, delegados e militantes sindicais com os conhecimentos necessários, de modo a que possamos levar de vencida as duras batalhas que se avizinham.

Em última análise, a Escola de Formação Sindical, destinada aos trabalhadores, tem como finalidade possibilitar uma melhor e mais consequente defesa dos direitos e interesses dos próprios trabalhadores.

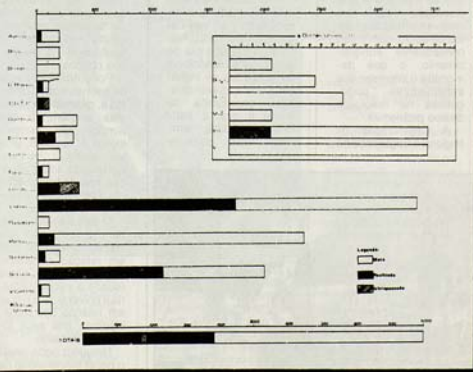
Atingimos, com o 1.º de Maio, o termo de mais uma etapa proposta e aceite pelo Movimento Sindical Unitário. O combate foi duro e o caminho elvado de escolhos. Todavia, a consciência de classe das camadas laboriosas, o seu espírito de sacrifício e a sua permanente e diversificada criatividade permitiram que, mais uma vez, levássemos de vencida esta tarefa.

Façamos, ainda, do Dia Mundial do Trabalhador, mais uma jornada de militância, por uma causa justa e realista: a campanha de Fundos - 10 mil contos para uma Escola Sindical de Unidade e Democracia.

LISTA DE PRÉMIOS

- 1.º - 1 Automóvel
- 2.º - Férias na URSS a 1 casal para assistirem aos J. Olímpicos/1980
- 3.º - Férias em CUBA durante o 1.º de MAIO de 1980.
- 4.º ao 13.º - Férias na URSS a 2 pessoas, por cada prémio
- 14.º - Férias na Jugoslávia para 1 pessoa.
- 15.º ao 17.º - Férias na Checoslováquia a 1 pessoa, por cada prémio.
- 18.º - Férias na Hungria para 1 pessoa.
- 19.º - 1 Moto
- 20.º - 1 Moto.
- 21.º ao 25.º - 1 Tenda de Campismo, por cada prémio.
- 26.º ao 30.º - 1 Máquina de Filmar, por cada prémio.
- 31.º ao 62.º - 1 Máquina de Fotografar por cada prémio.
- 63.º ao 92.º - 1 Rádio, por cada prémio.
- 93.º ao 125.º - 1 Relógio, por cada prémio.
- 126.º ao 155.º - 1 Pasta Mala, por cada prémio
- 156.º ao 175.º - 1 Álbum com 3 discos, por cada prémio
- 176.º ao 358.º - 1 Livro por cada prémio
- 359.º - 1 Boneca
- 360.º - 1 Boneca
- 361.º ao 507.º - 1 disco por cada prémio
- 508.º ao 617.º - 1 Rolê de Fotografias, por cada prémio

CAMPANHA DE FUNDOS - 10.000 CONTOS ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL UNIDADE E DEMOCRACIA



Este gráfico indica a situação da Campanha de Fundos da CGTP-IN, tal como ela se apresentava em 15 de Abril de 1979

PELA DEFESA DA SAÚDE

Tal como tem vindo a ser amplamente divulgado, vai ter lugar no próximo dia 12 de Maio de 1979, nas instalações da Faculdade de Letras de Lisboa, o 1.º Seminário Sindical Sobre Higiene e Segurança no Trabalho.

Nunca será de mais referir a importância que, para os trabalhadores portugueses, tem esta iniciativa da CGTP-IN, aberta à participação de todas as organizações sindicais, comissões de trabalhadores, delegados sindicais e comissões de higiene e segurança.

E dentro desta óptica que se insere a ampla discussão que tem vindo a ser feita dos textos de apoio, com o seu consequente enriquecimento, o que demonstra o interesse dos trabalhadores portugueses na resolução destes problemas.

A Organização da Higiene e Segurança no

Trabalho, em Portugal, o tema a) do Seminário tem merecido grande atenção pela análise que é feita à inexistência de uma política nacional de Higiene e Segurança no Trabalho e do Serviço Nacional de Saúde, e às suas nefastas consequências.

E assim que continua a verificar-se uma inoperância escandalosa dos Serviços de Licenciamento e de Fiscalização, havendo, por outro lado, serviços e organismos com funções paralelas, cuja acção descoordenada e incorrectamente perspectivada, chega, muitas vezes, a levá-los a acções contraditórias.

E ainda devido a toda esta situação que se continuam a verificar graves lacunas, tais como a inexistência de uma estatística nacional de acidentes de trabalho e doenças profissionais, organizada de forma a que, a partir dela, se possa caminhar mais correcta-



mente na prevenção dos riscos emergentes do trabalho, estabelecendo prioridades e analisando os resultados obtidos.

Por outro lado, a falta de normas e regulamentos e, quando por acaso elas existem, o seu normal não cumprimento é, também, uma importante consequência da actual situação, que os trabalhadores portugueses desejam ver mudada.

O tema b) do Seminário é dedicado à formação, encarada quer em relação ao ensino aos diversos níveis (desde a escola primária à universidade), quer em relação aos trabalhadores nos seus locais de trabalho.

Ninguém pode negar o papel fundamental da formação, em qualquer aspecto da vida de uma pessoa.

A higiene, segurança e prevenção dos riscos do trabalho —, sejam

eles acidentes ou doenças profissionais — é particularmente importante, pois, como facilmente se vê, só tendo consciência dos perigos que um determinado trabalho, feito de uma determinada forma, pode acarretar, o trabalhador pode ter conscientemente uma acção de prevenção, ao desempenhar a tarefa que lhe é proposta e saber como desempenhá-la, nas melhores condições de segurança.

Por outro lado, só depois de devidamente elucidado, o trabalhador pode utilizar correctamente os meios de protecção que eventualmente tenha ao seu dispor, quer colectivos quer individuais.

Em última análise poderemos dizer que só com uma formação constante e aos diversos níveis, poderemos ultrapassar o sentimento de imposição, e até de repressão, que



tem levado ao malogro, muitas campanhas de segurança.

O tema c), *Organização do Movimento Sindical perante a Higiene e Segurança no*



Trabalho, é, igualmente, da maior importância para os trabalhadores portugueses e suas organizações, pretendendo dar resposta a um dos principais objectivos definidos no art.º 2.º, alínea d), do Regulamento — perspectivar a organização dos trabalhadores em comissões específicas de H.S.T. nas empresas e a todos os níveis da organização sindical.

A luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e saúde, só poderá ser conseguida e devidamente estruturada e organizada, dentro do Movimento Sindical Unitário. É por isso que, já desde o Congresso de Todos os Sindicatos, realizado em Janeiro de 1977, o M.S.U. aponta para a necessidade de serem criadas, nos locais de trabalho, comissões de Higiene e Segurança, que deverão ser

devidamente apoiadas pelos respectivos sindicatos, uniões e federações, devendo existir em cada uma destas organizações, grupos de trabalho, coordenadores e dinamizadores desta actividade.

Compete, ainda, ao Movimento Sindical, a formação de quadros sindicais que possam incentivar e apoiar todo o trabalho de organização, dinamização e apoio, que urge concretizar.

Abordamos, pois, alguns dos aspectos mais sentidos pelos trabalhadores portugueses e, para a resolução dos quais, a realização do



E DA VIDA



1.º Seminário Sindical sobre Higiene e Segurança no Trabalho será, estamos certos, uma importante contribuição.

Muitos outros aspectos há, no entanto, que não tivemos oportunidade de desenvolver como seria desejável.

Por isso contamos com a colaboração e participação activas dos camaradas, no sentido de fazerem chegar, o mais rapidamente possível ao Departamento de Assuntos Sociais e Condições de Vida da CGTP-IN, todas as observações, sugestões,

rectificações ou alterações que julgarem pertinentes.

Deve-se salientar ainda a grande importância deste trabalho no campo do reforço e consolidação da unidade dos trabalhadores portugueses. De facto, os riscos profissionais são comuns a qualquer trabalhador, tenha ele a opção política ou religiosa que tiver.

Por isso, esta problemática deverá ser entendida numa ampla perspectiva de trabalho, levando à participação, sem sectarismo ou marginalização de quem quer que seja, amplas camadas de trabalhadores.

SOLOMON MALANGHU NINGUÉM PÔDE SUSTER A MÃO DO CARRASCO

No dia 6 de Abril, as autoridades racistas da África do Sul cometeram mais um crime: o enforcamento de Solomon Mahlangu. Jovem negro de 23 anos, militante do Congresso Nacional Africano, Mahlangu vai juntar-se à lista já impressionante dos mártires da libertação do povo sul-africano.

Condenado no ano passado à pena capital, por um crime que reconhecidamente não cometeu, Mahlangu foi alvo de impressionantes manifestações de solidariedade, providas de todos os cantos do mundo. Dirigentes de Estado, governantes do mundo ocidental, dos países progressistas, associações de trabalhadores, organizações religiosas, altas personalidades mundiais, indivíduos anónimos, todos enviaram telegramas pedindo a clemência para Mahlangu. Em vão. O presidente John Vorster, que tinha a vida do prisioneiro nas suas mãos, depois de terem sido esgotados todos os recursos judiciais, não se vergou ao clamor de protestos, icos de todo o mundo, e alguns dos quais assinados pelos seus próprios aliados.

Trata-se de um assassinio cometido a frio sob a capa de uma justiça claramente racista e de classe. No próprio tribunal ficou comprovado que Mahlangu não deu nenhum dos tiros causadores da morte de dois brancos, em 1977, na cidade de Johannesburg. Mas a interpretação

da justiça sul-africana foi a de que, embora ele não tivesse sido directamente responsável pela morte dos dois brancos, comungava das concepções daqueles que os mataram.

O escândalo internacional do «apartheid» continua. Os crimes cometidos em nome de uma justiça que é uma autêntica farsa sucedem-se a tal ritmo, que a África do Sul detém o recorde pouco invejável de ser o país do mundo onde se montam mais forcas. Directamente responsáveis por este insulto à consciência mundial, os países ocidentais não osam apoiar em público um regime que só sobrevive graças à sua ajuda.



TRABALHADORES CHILENOS RESISTEM NO 1.º DE MAIO

A exemplo do que aconteceu já em 1978, os trabalhadores chilenos, apesar das difíceis condições impostas pela ditadura, estão a preparar activamente a jornada do 1.º de Maio, que será comemorado em todo o país e particularmente em Santiago, com grandes manifestações de massas, habitualmente proibidas pela Junta.

Não obstante a ofensiva particularmente repressiva a que têm estado sujeitas as organizações

sindicais e os trabalhadores em geral, tudo indica que será grande o clamor e a exigência de liberdades sindicais e democráticas e do fim da política de miséria e de opressão que a ditadura fascista de Pinochet impõe ao povo chileno, em benefício dos monopólios nacionais e das companhias transnacionais, que, com o golpe fascista de 11 de Setembro de 1973, voltaram a sugar as riquezas e o património do Chile.

Mahlangu, como Steve Biko (para só citarmos alguns dos casos mais recentes e mais clamorosos) foram vítimas, não apenas dos seus directos carrascos, mas de todos quantos no mundo contribuem para a sobrevivência dum regime assente nas mesmas teorias fundamentais que se julgavam definitiva-

mente enterradas com a derrota dos nazis-fascistas.

A CGTP-IN tomou posição, por diversas vezes, sobre este caso. No dia 7 de Fevereiro passado, dia da campanha mundial para salvar a vida de Solomon Mahlangu, o Secretariado Nacional enviou um telegrama de protesto ao primeiro-ministro sul-africano e tornou público um comunicado de solidariedade para com o preso. Anteriormente, em 28 de Agosto de 1978, enviara também um telegrama a John Vorster (hoje chefe de Estado, então primeiro-ministro sul-africano) protestando contra a sentença arbitrária profunda em relação a Mahlangu e exigindo a comutação da pena.

A CGTP-IN NO CONGRESSO DA CES

A Confederação Europeia dos Sindicatos vai novamente estar reunida em Congresso, desta vez em Munique, na RFA.

Durante quatro dias as centrais sindicais que já fazem parte da CES, debaterão entre si alguns dos problemas que afligem milhões de trabalhadores dos seus países, mas também outros tantos, por essa Europa fora.

O desemprego — mais de 6 milhões de trabalhadores entre os nove países da CEE —, a inflação, encerramentos de fábricas, o aumento do custo de vida, a austeridade e a acção nefasta das sociedades transnacionais, são alguns dos aspectos mais dramáticos dos países da Europa ocidental, onde a crise assentou arraial, com consequências cada vez mais desastrosas para o conjunto dos trabalhadores desta vasta área geográfica.

Em numerosos países pelas suas lutas e acções de massas, os trabalhadores revelam cada vez maior combatividade e pouca disposição para suportar os efeitos de uma crise de que não são responsáveis, mas que tende a agravar-se, ano após ano, atingindo duramente amplos sectores, como os jovens, as mulheres e os trabalhadores emigrados.

Face à amplitude da crise, às suas consequências e evolução negativa previsível, que resposta sindical?

Esta é uma das questões centrais à qual a Confederação Europeia dos Sindicatos não poderá deixar de responder com clareza, com discernimento e, sobretudo, com uma proposta concreta de acção.

E o próprio interesse dos trabalhadores exige a fundamentação e exige.

O problema dos novos pedidos de adesão à CES (entre os quais, o da CGTP-IN) é outro dos temas que o Congresso irá, certamente, abordar.

Acções conjuntas e convergentes do Movimento Sindical Europeu, face aos aspectos multifacéticos da crise e das suas consequências é outro dos aspectos para os quais será preciso olhar de frente e à luz objectiva das realidades dos nossos dias.

O Movimento Sindical Unitário Português e a sua central sindical, a CGTP-IN, bem como todo o Movimento Sindical Internacional, aguardam com natural expectativa os trabalhos deste Congresso da CES, que poderá constituir um passo importante na já acentuada teoria do sindicalismo do nosso Continente.

MÉDIO ORIENTE

OS PALESTINIANOS SÃO O INTERLOCUTOR-CHAVE PARA UMA PAZ JUSTA

No dia 26 de Março, sob os auspícios e a tutela do presidente dos EUA, Anwar Sadat e Menahem Begin assinaram, nos jardins da Casa Branca, o tratado de paz separada, que todo o mundo árabe e a opinião progressista mundial não hesitaram em classificar de «acordos da traição». Invocando embora as resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU, esses acordos são uma violação clara dos princípios considerados imprescindíveis para atingir uma paz justa e duradoura no Médio Oriente.

A retirada de todos os territórios árabes ocupados por Israel em 1967 é, posteriormente, a garantia da plena autonomia do povo palestino e o estabelecimento da sua própria pátria são imperativos da paz naquela zona do mundo. Para que tais objectivos sejam alcançados, é imprescindível que nas negociações participem todas as partes interessadas, nomeadamente os palestinianos, através do seu único e legítimo representante — a Organização de Libertação da Palestina (OLP). Aliás, para que a resolução 338 seja efectivamente respeitada, impõe-se que qualquer acordo seja encontrado ou no âmbito da ONU, ou, pelo menos, sob os auspícios da URSS e dos EUA, as «entidades apropriadas» que no texto da resolução se referem.

Foi este o entendimento que a certa altura pareceu prevalecer em Washington, e que se traduziu na já longínqua declaração conjunta Gromyko-Vance sobre o Médio Oriente, na qual os americanos se obrigavam a convocar novamente a conferência de Genebra e apuram a sua assinatura num texto que, embora com certas ambiguidades, considerava os palestinianos parte primordial nas negociações.

Mas, apesar desse compromisso formal, os EUA não tardaram a retomar a velha política dos «pequenos passos» do anterior secretário de Estado Kissinger, em

busca de um acordo separado israelo-egípcio.

Os objectivos da diplomacia norte-americana e do governo israelita têm sido desde sempre, por um lado, dividir o mundo árabe, e por outro, transformar aquela estratégica área do mundo (onde se situam as maiores reservas de petróleo) numa zona de influência do imperialismo.

O tratado separado entre o Cairo e Telavive é um dos passos fundamentais para a consecução desses objectivos. Transformando o antigo guia do mundo árabe num aliado de Israel, quebra-se a solidariedade da nação árabe, elimina-se a maior fronteira de guerra de Israel e siminui-se poderosamente a força dos países da linha da frente.

Por último, postergando os legítimos direitos do povo palestiniano, afasta-se a criação de um Estado necessariamente progressista, e, passando por cima da representatividade da OLP, procura-se o diálogo com interlocutores fantoches dos territórios ocupados que estejam eventualmente dispostos a aceitar fórmulas de domínio neocolonial e pró-imperialista sob a capa de uma falsa autonomia.

A reacção do mundo árabe à capitulação de Sadat prova como até os Estados pró-americanos foram sensíveis a esta grave lesão dos seus legítimos direitos e à ameaça que fica doravante a pairar sobre a nação árabe, no seu conjunto. Um tanto ironicamente, esta «paz separada»



que visava fundamentalmente estilhaçar a unidade árabe traz em si mesma os germes de um reforço da solidariedade, na qual se congregam nações até há pouco desavindas.

Os palestinianos não se deixaram esmagar e contam com a solidariedade dos seus irmãos árabes e com a aliança de um poderoso Estado islâmico da região: o Irão. Hoje, como sempre, é visível e claro que nenhuma solução global para o Médio Oriente pode esquecer os legítimos direitos dos palestinianos. A CGTP-IN tem defendido desde sempre esta posição, que será reafirmada em Damasco, nos dias 15 a 17 de Maio, por ocasião da Conferência Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Palestina.

Nessa reunião, na capital síria, serão debatidos o tratado israelo-egípcio e o futuro do povo palestiniano. Mais uma vez, a CGTP-Intersindical reafirmará a sua posição sobre este tema: o problema do Médio Oriente só pode ser

verdadeiramente resolvido com a aplicação das resoluções da ONU, com a participação directa do povo palestiniano nas decisões e com o reconhecimento dos legítimos direitos do povo palestiniano à autodeterminação e ao estabelecimento da sua própria pátria. Israel terá de retirar de todos os territórios árabes ocupados, e a OLP terá de ser legitimada como único e legítimo representante do povo palestiniano.

Também a importante reunião que no próximo mês de Outubro se realizará em Lisboa — a Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes — fornecerá, uma vez mais, a ocasião para esclarecer a opinião pública sobre as exigências da nação árabe para uma paz justa e duradoura. Exigências essas que têm o apoio de todas as forças que, no mundo, lutam pela verdadeira paz entre os povos e pela verdadeira independência das zonas mundiais onde os neocolonialistas sonham perpetuar o seu domínio.



Sempre que o fermento revolucionário faz sentir os seus efeitos nas sociedades em vias de transformação, redobra a actividade dos trabalhadores da cultura no assumir de posições de denúncia e combate às classes exploradoras, como reflexo dos anseios colectivos nacionais tra-

duzidos nas mais variadas formas de expressão artística.

Na URSS, após a vitoriosa Revolução de Outubro, coube aos trabalhadores da cultura o importante papel de esclarecerem as massas populares dos perigos que a então jovem República dos Soviéticos



O CARTAZ NA REVOLUÇÃO



atravessava: o cerco externo das potências imperialistas e belicistas, a espionagem e contra-revolução internas e a acção reacionária do clero, secular-

mente apoiada no analfabetismo e na incultura do povo.

Nomes que fazem parte da História da Cultura mundial destacaram-se nesses dias difi-

ceis. Gorki na literatura, Maiakovsky na poesia e no cartaz político, Stanislavsky na encenação e direcção de actores, Eisenstein no cinema, etc.

Outros artistas, menos conhecidos mas não menos importantes, colaboraram na formação ideológica e na informação política do seu povo, através da criação de cartazes onde se desmascaravam os inimigos da nova sociedade de uma forma simples e directa. É desse trabalho que apresentamos hoje algumas reproduções.

LUIS SUAREZ

NA REVOLUÇÃO SOVIÉTICA



ceis. Gorki na literatura, Maiakowsky na poesia e no cartaz político, Stanislavsky na encenação e direcção de actores, Eisenstein no cinema, etc..

Outros artistas, menos conhecidos mas não menos importantes, colaboraram na formação ideológica e na informação política do seu povo, através da criação de cartazes onde se desmascaravam os inimigos da nova sociedade de uma forma simples e directa. É desse trabalho que apresentamos hoje algumas reproduções.

LUÍS SUAREZ



CORTA-MATO "ALAVANCA"

Terminou no passado dia 8, nos terrenos anexos ao Estádio Nacional, mais uma edição, a segunda, do Corta-Mato Alavanca. Terminou em beleza? Quase podemos dizer que sim. Debaixo de chuva copiosa, 47 atletas (dos 74 inscritos) de seis distritos (Aveiro, Coimbra, Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo) percorreram os cinco mil metros do percurso.

Chegaram ao fim 44 atletas. António Monteiro, da U.B.P. do Porto foi o vencedor, e este distrito, Lisboa e Setúbal dividiram entre si, individual e colectivamente, os lugares de honra de uma corrida que, desportivamente, foi muitíssimo bem disputada.

Um pouco mais tarde o camarada José Ernesto Cartaxo, director do «Alavanca», saudou os trabalhadores desportistas participantes e distribuiu os prémios, fechando assim mais uma iniciativa desportiva promovida pela CGTP-IN.

Como notícia da prova final isto chegaria, e o quadro anexo dos resultados completaria a informação, à qual poderíamos ainda acrescentar que os três primeiros classificados representaram a nossa central sindical e os trabalhadores portugueses no 8.º Corta-Mato Operário Internacional do Jornal TRUD, dos Sindicatos da Bulgária, disputado em Silven, no dia 15 de Abril.

O que se passou exige, no entanto, algumas linhas de análise que possam constituir tema de meditação para todos os que se interessam pelo desporto, pelo desporto dos trabalhadores e pelo desporto dos trabalhadores organizado pela CGTP-IN.



Assim, uma avaliação global da prova, a nível nacional, revela insuficiências organizativas, incapacidades e desinteresses, que, mais do que o próprio Corta-Mato Alavanca, ferem a própria ideia do desenvolvimento da ampla actividade desportiva dos trabalhadores que a CGTP-IN gostaria de ver tomar raízes e crescer.

Na verdade, o número de participantes foi, este ano, sensivelmente inferior ao do ano transacto (cerca de 600 em 1979 para quase mil em 1978) enquanto que, por outro lado, algumas das uniões que o ano passado mais dinamizaram a prova, casos de Viseu e Faro, nem sequer participaram este ano.

Razões? Podem ser apontadas muitas, mas só algumas poderemos

levar em conta.

A principal é a dificuldade que algumas uniões e sindicatos continuam a sentir em organizar e fazer funcionar os seus departamentos de tempos livres. Também nas próprias empresas o associativismo desportivo está longe de cor-

responder ao que dele se deverá exigir em clareza de princípios orientadores da acção, em dinâmica de actividade e em participação dos trabalhadores.

Esperemos que essa situação seja rapidamente ultrapassada; é pelo menos nesse sentido que apontam as recomendações da Conferência de Organização Sindical.

Outra clara insuficiência relativamente a 1978 foi a inexistência da prova feminina. Aqui a decisão foi da própria confederação, em face da fraca participação do ano passado. No entanto, sendo as uniões livres de organizarem provas distritais femininas, só a do Porto o fez. Mesmo reconhecendo-se as dificuldades de natureza objectiva e subjectiva que condicionam a par-

ticipação da mulher trabalhadora na prática desportiva, cabe ao Movimento Sindical um esforço muito grande para alterar esta situação. Simplesmente não basta constatar, é preciso agir!

Em contrapartida, este «Alavanca» demonstrou que quando os departamentos de tempos livres das uniões e sindicatos funcionam, as iniciativas marcham... e bem!

E o caso da União dos Sindicatos do Porto: 500 concorrentes inscritos, quase 300 trabalhadores desportistas em prova. Não nos espantemos, pois, com os resultados finais: 1.º lugar indivi-



dual, 1.º lugar por equipas (distrital), 1.º lugar por equipas (local de trabalho). E, como atrás se disse, também houve meninas a correr. Enfim, um bom exemplo a seguir.

De Setúbal veio outra amostra de bom trabalho: uma prova distrital que mobilizou quase mil atletas, entre os oito e os 90 anos, como costuma dizer-se. De facto, aproveitando o seu «Alavanca» para promover uma iniciativa integrada no Ano Inter-nacional da Criança, o Sindicato dos Metalúrgicos de Setúbal, que neste distrito funcionou como entidade organizadora, abriu as inscrições à mudagem e



preparou provas para vários grupos etários. Resultado: só putos foram 850...

Também aqui, bom trabalho, portanto.

Agora, há que começar a pensar, desde já no «Alavanca 1980».

Maior participação, provas femininas, provas de Bragança a Faro, atletas estrangeiros na final.

Vai ser um grande Cortia-Mato!

EQUIPAS (distritos)

PONTO

1.º - Porto	9
2.º - Setúbal	22
3.º - Lisboa	23
4.º - Viana	46
5.º - Coimbra	61
6.º - Aveiro	76

CLASSIFICAÇÕES

GERAL INDIVIDUAL

1.º - António Monteiro (USB-Porto)	15 min., 57 seg., 2.º div.
2.º - Abílio Neiva (Ind.-Lisboa)	16.04.04
3.º - Hermínio Martins (Metal.-Porto)	16.05.06
4.º - João da Senta (DP Indro.-Setúbal)	16.12.01
5.º - Manuel Coelho (Metal.-Porto)	16.44.00
6.º - António Viegas (GD Ind.-Setúbal)	16.47.06
7.º - José Nunes (1.º de Maio-Lisboa)	16.49.09
8.º - José R. Rocha (Gráficos-Porto)	16.56.02
9.º - Amadeu Martins (Metal.-Porto)	17.13
10.º - Bernardino Silva (Gráficos-Porto)	17.61
11.º - Manuel Lopes (Cerdários-Colômbia)	17.63
12.º - Domingos Silva (GD Ind.-Setúbal)	17.65
13.º - Fernando Coelho (GD Meadela-Viana)	17.68
14.º - Joaquim Santos (1.º de Maio, Aguas-de-Lisboa)	17.73
15.º - Alberto Pinheiro (Gráficos-Porto)	17.76
16.º - Samuel Fão (GD Meadela-Viana)	17.77
17.º - Amadeu Gomes (GD Meadela-Viana)	17.78
18.º - António Monteiro (GD Ind.-Setúbal)	17.87
19.º - Florival Piedade (GD Ind.-Setúbal)	17.48
20.º - Joaquim Silva (Corticeiros-Aveiro)	17.50
21.º - Flávio Silva (Corticeiros-Aveiro)	17.56
22.º - Carlos Portas (Ind.-Lisboa)	17.56
23.º - Emanuel Tavares (Ind.-Lisboa)	18.02
24.º - António Cabeco (GATEL, Fontelos-Colômbia)	18.09
25.º - Fernando Pires (Vi.-Viana do Castelo)	18.19

EQUIPAS (clubes)

SINDICATO DOS METALÚRGICOS/PORTO	
Hermínio Martins	3
Manuel Coelho	5
Amadeu Martins	9
G. D. INDEPENDENTES/SETUBAL	
João da Senta	4
António Viegas	4
Domingos Silva	12
SINDICATO DOS GRÁFICOS/PORTO	
João Rodrigues Rocha	8
Bernardino Silva	10
Alberto Pinheiro	15
MEADELA/VIANA DO CASTELO	
Fernando Coelho	13
Samuel Fão	16
Amadeu Gomes	17
SINDICATO DOS CORTICEIROS DO NORTE/AVEIRO	
AVEIRO	
Joaquim Silva	20
Flávio Silva	21
Édgar Rocha	35
G. INDEPENDENTE MUSICAL-FONTELO-F. POZ - COIMBRA	
Rui Teixeira	24
António Jorge	26
Mira Sintra/Lisboa	81
Joaquim Romão	37
Armando Guerra	38
Rato Vieira	41
	41



EXIGIR EM MAIO O DESPORTO DE ABRIL

Em tempo de Maio que um Abril, há cinco anos atrás, abriu para todos os portugueses, é tempo de reflexão e luta em defesa das conquistas alcançadas, consignadas na Constituição.

A Cultura Física e Desporto como um direito do Povo, sendo um meio de democratização e educação, relaciona-se com os diversos sectores de actividade, em particular no processo produtivo, ganhando dimensão ao nível da Comunicação Social, da Arte e do Espectáculo.

Para que o seu papel atinja a mais ampla participação popular em transformação qualitativa da prática desportiva, há que concretizar objectivos a curto e médio prazos. No meio laboral as estruturas sindicais e outras, representativas dos trabalhadores, têm uma fun-

ção a desempenhar no controlo e desenvolvimento da prática consentânea com os seus interesses de classe, onde a mulher assuma também a condição a que tem direito.

Aquelas se juntam as estruturas de associativismo e desporto popular, dinamizadoras da activa participação das populações na transformação local, com o necessário apoio autárquico, extensível aos pequenos clubes, núcleos desportivos, colectividades e comissões de moradores.

Tais acções deverão, necessariamente, ser enquadradas por um sistema educativo com base na escola, virado à realidade social e garantidas por um Serviço Nacional de Saúde que, gratuitamente, proceda ao acompanhamento sanitário de toda a população e, neste parti-

cular, das camadas desportivas.

Os mais jovens devem exigir, por parte das estruturas governamentais, uma resposta às suas carências em material, instalações, técnicos e realizações desportivas,

que garantam um trabalho consequente e programado, sem esquecer aqueles que, no domínio da alta competição, estão sujeitos a uma política de indefinição e degradação moral e profissional, sem a preparação científica que salvaguarde a dignidade individual e do colectivo.

O papel dos órgãos de Comunicação Social, como agentes esclarecedores do significado da cultura física e desporto, constitui-se, denunciando os aspectos alienatórios de que por vezes enfermam e valorizando o desporto de trabalhadores, o desporto popular e o desporto escolar. Tais pressupostos de democratização completam a relação dialéctica com a luta do povo português pela independência nacional, rumo ao socialismo, várias vezes reafirmada a 1 de Maio, no Estádio do INATEL, em Lisboa, tradicional centro de confraternização das massas trabalhadoras e do povo português, desde a madrugada dos cravos.

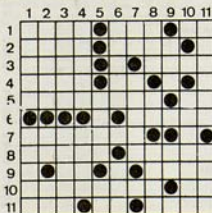
ÁLVARO ESTEVES



Passatempo

COLABORAÇÃO DE MANUEL COELHO

Problema n.º 28



HORIZONTAIS:

- Em direção à; Pronome relativo; Igualdade (FARM)
- Caixa que incendiou a biblioteca de Alexandria; Juntura num só
- O seu 1.º dia, é o dia do trabalhador; Supondo
- Araus; Apelido
- Nome feminino; O algarrimo primeiro
- Gorjeio
- Antónimo de mentira
- Soas; Líquida
- Nota musical; Vais para o ar com grande velocidade
- Edifício; Piana
- Estavak; Banheiro; Ecoes

VERTICAIS:

- Lugar plantado de árvores de fruto; Obtem êxito
- Acético; Escola comercial; Sufrido de agente
- Corosco; Diz por entre dentes
- Freguesia do Porto; Orlentas
- Actividades; Transportes rodoviários
- Proximamente; Raiva
- Um em tróvão; Pelo contrário
- Água vital; Amolecer; Terra portuguesa
- Monarca; Pão doce
- Artigo definido; Forte arma dos trabalhadores contra o divórcio
- Tomo calmo; Enajaço

PARA QUE MAIO SEJA VERDADE.
CONSTRÓI A UNIDADE

SOLUÇÕES

- 11 Acorno; Avoas
10 Al; Alameda
9 Balaço
8 Esc; Ar; Avoas
7 JVA; Avoas
6 Quase; Ra
5 LAR; TR
4 Avoas; Balaço
3 Freguesia; Ra
2 Muro; CO; CO
1 Fumar; Vento
- VERTICAIS:
11 Para; Que; AA
10 Consta; DO
9 De; Vozes
8 Balaço; Balaço
7 Vozes
6 Duro
5 Muro; Um
4 Freguesia; Ra
3 Muro; CO
2 Muro; CO
1 Fumar; Vento
- HORIZONTAIS:
11 Fumo; CO; CO
10 Consta; DO
9 De; Vozes
8 Balaço; Balaço
7 Vozes
6 Duro
5 Muro; Um
4 Freguesia; Ra
3 Muro; CO
2 Muro; CO
1 Fumar; Vento

a-
o-
e-
no
e-
a
ni-
ral
a
ca
g-
do

os
o-
is-
fi-
e
se,
oc-
ue
e
rto
o
o
ais
de-
ve-
ica
or-
an-
mo
ias
de
do
oa,
de
ias
e
és,
ios

ES



Foto de
Armando Cardoso



**DIA
MUNDIAL
DO TRABALHADOR**

afetivando